



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Misoginia no Instagram – O Caso das Caixas de Comentários dos Jornais Nacionais Portugueses

Margarida Gaspar Pereira

Mestrado em Gestão de Novos Media

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Rita Sepúlveda, Investigadora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

Departamento de Sociologia

Misoginia no Instagram – O Caso das Caixas de Comentários dos Jornais Nacionais Portugueses

Margarida Gaspar Pereira

Mestrado em Gestão de Novos Media

Orientadora:

Doutora Cláudia Álvares, Professora Associada com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Rita Sepúlveda, Investigadora Associada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

*À Beatrix Lebre e a todas as que sofreram e continuam a sofrer nas mãos de quem
odeia as mulheres.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu profundo agradecimento à minha orientadora, Cláudia Álvares, e co-orientadora, Rita Sepúlveda, pela constante disponibilidade, paciência e valiosas contribuições ao longo deste processo. Agradeço igualmente à minha encenadora, Ana Isabel Augusto, por me acompanhar de perto e ajudar a ultrapassar a barreira do tempo sendo o suporte necessário para que eu pudesse conciliar a escrita desta dissertação com outros desafios.

RESUMO

O discurso misógino *online* tem vindo a ganhar destaque num contexto em que as redes sociais desempenham um papel central na comunicação e na formação de opinião pública. Plataformas como o Instagram, que permitem interações instantâneas e em grande escala, tornaram-se espaços onde discursos de ódio, especialmente dirigidos às mulheres, são amplificados e disseminados. A misoginia *online* não só reflete as desigualdades e preconceitos presentes na sociedade, mas também os intensifica, permitindo que discursos violentos e discriminatórios alcancem um público mais vasto e com maior velocidade. Esse fenómeno é particularmente preocupante quando inserido em debates sobre o assédio sexual, nomeadamente no ambiente académico, onde estruturas de poder, hierarquia e desigualdade de género se cruzam para perpetuar o silêncio e a impunidade.

Em Portugal, o assédio nas universidades tem sido tema de discussões recentes e polémicas, com denúncias de má conduta sexual a expor uma cultura de abuso que frequentemente se sustentava à sombra. Movimentos como o #MeToo catalisaram o debate sobre estas questões, permitindo que as vítimas ganhassem visibilidade e encontrassem plataformas para denunciar abusos. No entanto, mesmo com esse progresso, as vítimas e aqueles que as apoiam enfrentam uma retaliação sob a forma de discurso misógino, reforçando a resistência cultural às mudanças nas questões de género. Nesse contexto, é fulcral compreender como os meios de comunicação e as plataformas digitais, como o Instagram, influenciam a reprodução e perpetuação desses discursos de ódio.

A presente dissertação investiga o discurso misógino presente nos comentários feitos no Instagram de dois jornais portugueses, *Público* e *Expresso*, em publicações relacionadas com o assédio na academia e as acusações a Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins. O estudo explora como as diferentes narrativas visuais e textuais escolhidas para retratar as notícias influenciam a natureza e a intensidade das interações dos utilizadores. Os resultados indicam que o *Público* recebeu mais comentários críticos aos acusados e de apoio às vítimas, enquanto o *Expresso* registou uma maior proporção de comentários misóginos e críticas ao Governo e à Sociedade. Apesar da crescente visibilidade de temas como o assédio e do impacto do movimento #MeToo, a misoginia continua a ter uma presença significativa nos discursos públicos digitais. A dissertação sublinha o papel dos meios de comunicação na moldagem das conversas sobre questões de género e assédio, contribuindo para uma melhor compreensão do impacto das redes sociais na perpetuação de discursos de ódio.

Palavras-chave: Misoginia, Assédio na Academia, Redes Sociais, Instagram, Jornalismo Digital, *Público*, *Expresso*.

ABSTRACT

Online misogynist discourse has been gaining prominence in a context where social media plays a central role in communication and shaping public opinion. Platforms such as Instagram, which allow instant and large-scale interactions, have become spaces where hate speech, especially directed at women, is amplified and disseminated. Online misogyny not only reflects the inequalities and prejudices present in society, but also intensifies them, allowing violent and discriminatory discourses to reach a wider audience with greater speed. This phenomenon is particularly worrying when inserted into debates about sexual harassment, particularly in the academic environment, where power structures, hierarchy and gender inequality intersect to perpetuate silence and impunity.

In Portugal, harassment in universities has been the subject of recent controversial discussions, with allegations of sexual misconduct exposing a culture of abuse that was often sustained in the shadows. Movements such as #MeToo have catalyzed the debate on these issues, allowing victims to gain visibility and find platforms to report abuse. However, even with this progress, victims and those who support them face retaliation in the form of misogynistic discourse, reinforcing cultural resistance to change on gender issues. In this context, it is crucial to understand how the media and digital platforms such as Instagram influence the reproduction and perpetuation of hate speech.

This dissertation investigates the misogynistic discourse present in the Instagram comments of two Portuguese newspapers, *Público* and *Expresso*, in publications related to harassment in academia and the accusations against Boaventura de Sousa Santos and Bruno Sena Martins. The study explores how the different visual and textual narratives chosen to portray the news influence the nature and intensity of user interactions. The results indicate that *Público* received more comments critical of the accused and supportive of the victims, while *Expresso* registered a higher proportion of misogynistic comments and criticisms of the government and society. Despite the growing visibility of issues such as harassment and the impact of the #MeToo movement, misogyny continues to have significant presence in digital public discourse. The dissertation highlights the role of the media in shaping conversations about gender issues and harassment, contributing to a better understanding of the impact of social media in perpetuating hate speech.

Keywords: Misogyny, Harassment in Academia, Social Media, Instagram, Digital Journalism, *Público*, *Expresso*.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA	11
1.1. Instagram	11
1.1.2. Consumo de Notícias no Instagram	12
1.2. Misoginia.....	14
1.2.1. Misoginia <i>Online</i>	16
1.2.2. #MeToo em Portugal.....	18
1.2.3. Assédio nas Universidades	21
CAPÍTULO II – CONTEXTO EM PORTUGAL	23
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	26
3.1. Análise de Imagens e Comentários no Instagram.....	27
3.1.2. Recolha de Dados	29
3.1.2.1. Reflexão Ética	29
3.1.3. Amostra.....	30
3.1.4. Análise de Dados	31
3.1.4.1. Análise Sócio-Semiótica e Teoria do <i>Framing</i>	31
3.1.4.2. Análise Temática.....	32
CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	34
4.1. Análise Socio-Semiótica Visual e Teoria do <i>Framing</i> nas Imagens	34
4.2. Análise Temática dos Comentários.....	36
4.2.1. Acusações a Boaventura vs. Assédio na Academia	36
4.2.2. <i>Expresso</i> vs. <i>Público</i>	38
4.2.3. Evolução dos Comentários nas Publicações.....	40
4.3. Discussão.....	42
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

O discurso de ódio *online*, em especial a misoginia, tem vindo a tornar-se um tema de crescente preocupação na era digital. Com o avanço das tecnologias e a massificação das redes sociais *online* (RSO), estas plataformas, que inicialmente propunham ser espaços de expressão e liberdade, tornaram-se também locais propícios para a disseminação de violência verbal e discriminação de género (Gardiner, 2018; McCarthy, 2021). A misoginia *online*, caracterizada por atitudes de ódio, desvalorização e ataque contra mulheres, não só perpetua a desigualdade de género, como também contribui para a normalização de comportamentos sexistas. O ambiente digital perpetua e amplia rapidamente esses discursos, muitas vezes protegidos pelo anonimato ou pela distância física, o que agrava a sua difusão e impacto (Kaplan e Haenlein, 2010; Safko e Brake 2009).

As RSO, como o Instagram, desempenham um papel central nesta dinâmica. Inicialmente projetadas como plataformas de conexão e partilha de experiências (Hu et al., 2014), estas redes evoluíram para espaços onde as notícias e o debate público também ocorrem de forma intensa e contínua (Bossio, 2021; Civila e Lugo-Ocando, 2024; Sixto-García et al., 2021). O consumo de notícias através das RSO tornou-se uma prática comum, como o caso do Instagram, uma plataforma originalmente focada em conteúdo visual, transformando-se num dos principais canais *online* de acesso a notícias em Portugal (Cardoso, 2022a; Cardoso, 2023b). Esta evolução tem repercussões profundas na forma como as pessoas consomem, interpretam e reagem às notícias, muitas vezes de forma superficial e imediata, o que pode favorecer a disseminação de reações extremas, como discursos de ódio. A facilidade com que os utilizadores interagem nas secções de comentários de publicações noticiosas, muitas vezes sem a mediação necessária para assegurar uma conversa cívica e equilibrada, é um dos fatores que contribui para a proliferação de comentários misóginos e outras formas de discurso tóxico.

Um exemplo claro de como essas dinâmicas online se manifestam pode ser visto na resposta pública ao movimento #MeToo, que teve um impacto significativo a nível global e também em Portugal. O movimento, que começou nos Estados Unidos da América, rapidamente ganhou força em diversas partes do mundo, incentivando as vítimas de assédio sexual a denunciarem as suas experiências (Mendes et al., 2018). Em Portugal, o #MeToo foi sentido em duas fases: a primeira entre 2017 e 2018, ainda virada para as polémicas internacionais, e a segunda em 2021, com real efeito nacional devido a acusações de assédio no país (Silveirinha et al., 2019; Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023).

Mais tarde, deram-se repercussões dentro das universidades, onde surgiram várias denúncias de assédio na academia (Viaene et al., 2023). O ambiente académico, marcado por relações de poder e hierarquia, mostrou ser um campo fértil para abusos, com casos que envolvem professores e investigadores de renome. A revelação desses casos gerou intenso debate público, especialmente nas RSO, onde muitos utilizadores reagiram tanto para apoiar as vítimas como para questionar ou desacreditar as denúncias. Esse tipo de polarização, frequentemente observado nas plataformas digitais, revela como as RSO podem amplificar tanto o apoio quanto o ódio, reforçando a necessidade de um olhar mais atento sobre o impacto do discurso *online*.

Esta dissertação insere-se neste contexto, investigando a forma como os jornais *Público* e *Expresso*, dois dos mais influentes meios de comunicação em Portugal com uma forte presença no digital, moldam o debate sobre o assédio na academia e como os leitores/utilizadores reagem a essas narrativas nas RSO. A pesquisa foca-se particularmente no Instagram, analisando os comentários feitos pelos utilizadores nas publicações relacionadas com o tema do assédio na academia e com as acusações a Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins. O objetivo é explorar como as diferentes abordagens visuais e textuais dos jornais influenciam o tipo e a intensidade de interações, especialmente no que se refere à presença de misoginia *online*. Além disso, procura-se compreender se a forma como as notícias são apresentadas – incluindo o uso de imagens e citações – afeta a prevalência de discursos de ódio ou de apoio às vítimas.

A análise desta dissertação tem por base uma metodologia qualitativa, com recurso à análise sócio-semiótica visual (Kress e van Leeuwen; 1996/2006; Mota Ribeiro, 2010), aliada à teoria do *framing* (Arowolo, 2017; Entman, 1991; Entman, 1993), e à análise temática dos comentários (Braun e Clarke, 2006; Guest et al., 2012; Kiger e Varpio, 2020). A escolha do Instagram como plataforma de estudo é especialmente relevante, considerando o seu crescente uso como fonte de notícias e a sua capacidade de envolver audiências de forma rápida e eficaz (Bossio, 2021; Hu et al., 2014; Sixto-García et al., 2021). Por ser uma rede social que combina elementos visuais e textuais, o Instagram proporciona um espaço único para observar como a apresentação de uma notícia pode influenciar as reações dos utilizadores.

Os resultados deste estudo pretendem contribuir para a compreensão mais profunda de como as plataformas digitais, através da mediação dos meios de comunicação, influenciam as interações sociais em torno de questões sensíveis como o assédio sexual. Ao focar-se no contexto específico da academia portuguesa e nos jornais *Público* e *Expresso*, esta dissertação oferece uma visão detalhada sobre a dinâmica entre o jornalismo digital, as RSO e a perpetuação de discursos de ódio, com particular atenção à misoginia.

Assim, a questão de investigação que orienta este estudo é: “*Qual o retrato do discurso misógino nos comentários do Instagram em publicações de notícias sobre o assédio na academia, e como é que estas são representadas nos jornais Público e Expresso?*”. Este questionamento surge da necessidade de compreender como as plataformas digitais, nomeadamente o Instagram, têm sido usadas para veicular informações sobre temas sensíveis como o assédio sexual e, ao mesmo tempo, amplificar discursos de ódio, como a misoginia. Embora o Instagram tenha regras e termos de condições que proíbem explicitamente o discurso de ódio e a misoginia, e o algoritmo seja desenhado para identificar e remover este tipo de conteúdo, ainda assim é possível encontrar comentários misóginos e de ódio nas publicações. Esta realidade reflete a pouca eficácia dos mecanismos de moderação automática e o desafio contínuo que as plataformas enfrentam em controlar o conteúdo prejudicial. O foco específico em dois dos maiores jornais portugueses com presença no digital, com orientações editoriais distintas, permite

analisar a forma como as notícias são enquadradas e o impacto que este enquadramento tem nas reações dos utilizadores.

Os objetivos deste trabalho são 1) analisar como as notícias sobre assédio na academia são apresentadas nos perfis de Instagram dos jornais *Público* e *Expresso*, com especial atenção à escolha de imagens, títulos, citações e enquadramento editorial. A partir dessa análise, explora-se se a forma de apresentação dessas notícias influencia a natureza dos comentários, em particular, a presença de discurso misógino. Outro objetivo fundamental é 2) investigar se a ordem cronológica de publicação das notícias – se a primeira ou a última publicação referente ao tema de assédio na academia e ao tema das acusações contra Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins – tem impacto no volume de comentários misóginos. Por fim, o estudo procura 3) identificar qual dos dois jornais, *Público* ou *Expresso*, atrai mais discurso misógino nos comentários das publicações de Instagram relacionadas com os temas selecionados.

As minhas motivações para realizar este estudo estão profundamente enraizadas no meu percurso académico, onde desde o início me foquei em temas relacionados com o feminismo e a misoginia. O meu interesse por estas áreas tem sido constante, mas o que realmente impulsionou a minha decisão de analisar os comentários em publicações noticiosas foi o caso do femicídio de Beatriz Lebre. Neste caso, a cobertura mediática destacou-se pela disseminação de mentiras e distorções da realidade, o que contribuiu para a formação de uma opinião pública marcada pelo ódio e pela culpabilização da vítima. Este exemplo revelou-me o poder que os meios de comunicação e as RSO podem ter na amplificação de discursos de ódio, particularmente em casos de violência contra mulheres, e reforçou a minha determinação em investigar como estas dinâmicas se manifestam nos comentários *online*.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, que juntos oferecem uma análise detalhada da questão de investigação. O Capítulo I é dedicado à revisão de literatura, onde são abordados os conceitos centrais relacionados com a rede social Instagram e o uso desta plataforma para o consumo de notícias, a misoginia *online*, o movimento #MeToo e o assédio na academia em Portugal. O Capítulo II contextualiza os casos das denúncias de assédio na academia portuguesa e a linha temporal dos acontecimentos. Já o Capítulo III descreve a metodologia utilizada neste estudo, explicando a análise sócio-semiótica visual, aliada à teoria do *framing*, e a análise temática dos comentários. No Capítulo IV, são apresentados os resultados da análise e discussão dos mesmos. Este capítulo explora, em detalhe, a forma como as notícias sobre o assédio na academia foram apresentadas nos dois jornais e como essa apresentação pode ter influenciado os comentários recebidos. A análise foca-se na presença de discurso misógino, ao observar as diferenças entre os jornais e os dois temas publicados – o assédio na academia e as acusações contra Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins – e ao identificar padrões nos comentários de acordo com a posição cronológica das publicações noticiosas.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Instagram

As redes sociais *online* (RSO) podem ser definidas como plataformas digitais interativas que facilitam a criação e a partilha de *user-generated content* ou conteúdo gerado pelos utilizadores, a divulgação de informação, a interação entre utilizadores e a formação do discurso público (Kaplan e Haenlein, 2010; Safko e Brake 2009). Compreender o papel das RSO na esfera pública é fundamental para compreender as complexidades da democracia moderna. Staab e Thiel (2022) interpretam a transformação digital como o surgimento de uma nova fase na evolução estrutural da esfera pública, sendo que o papel do cidadão passa do consumo para a participação ativa. Estas plataformas privilegiam o *user-generated content*, a colaboração e a participação da comunidade, onde os utilizadores desempenham um papel central em vez de se limitarem a receber informação de forma passiva (Safko e Brake, 2009).

A internet possibilitou uma maior interatividade, permitindo relações interpessoais numa sociedade tecnologicamente conectada. Desta forma, verifica-se o surgimento da sociedade em rede como a estrutura social dominante na Era da Informação (Castells, 1996). Boyd e Ellison (2007: 211) definem *social media* “como serviços baseados na Web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros utilizadores com os quais partilham uma ligação e (3) visualizar e percorrer a sua lista de ligações e as efetuadas por outros dentro do sistema.”

Segundo o Reuters Institute Digital News Report 2022 e 2023, em termos de proporção de utilizadores que utilizam as RSO para qualquer fim, numa média de 12 países, em primeiro lugar está o Youtube (61%), em segundo está o Facebook (57%) com uma descida de 3% comparativamente com o ano anterior, em terceiro lugar o WhatsApp (51%), em quarto lugar e com uma subida de 2% face ao ano anterior está o Instagram (42%). Em Portugal, o Facebook lidera como rede social (69%), seguido pelo WhatsApp (68%), já em terceiro lugar o Youtube (64%) e em quarto lugar o Instagram (54%) (Newman et al., 2023).

Lançado em 2010 por Kevin Systrom e Mike Krieger, o Instagram apresentava um formato simples, onde se publicava as fotografias com um tamanho quadrado e onde se podia fazer uma seleção de filtros. Ao longo do tempo passou por atualizações que possibilitam partilhar fotografias e vídeos com formatos mais variados. Desta forma, o Instagram cresceu e introduziu uma variedade de recursos como os InstaStories, os Reels e o IGTV (Instagram, 2019). Os InstaStories permitem que os utilizadores partilhem fotos e vídeos que desaparecem ao fim de 24 horas. Este é um tipo de conteúdo autodestrutivo, também conhecido como conteúdo efémero, que se refere ao conteúdo digital temporário, desaparecendo após um determinado período (Sixto-García et al., 2021), a menos que seja especificamente guardado ou apresentado nos Destaques do perfil de uma conta Instagram. Os Reels são vídeos curtos com um máximo de 90 segundos e o IGTV é uma plataforma para vídeos mais longos que podem alcançar um máximo de 1 hora (Systrom, 2018). O Instagram caracteriza-se pelo Feed

Principal, onde se pode ver conteúdo de quem segue e sugestões do Instagram, o Feed Explorar e o Feed apenas de Reels, onde também são apresentadas sugestões de mais conteúdo (Instagram, 2019).

Os utilizadores podem seguir outros e construir uma rede de seguidores, criando uma rede social. Esta plataforma, com base na partilha visual, funciona como um fluxo de sensibilização social, permitindo aos utilizadores interagir uns com os outros através de gostos, comentários e partilhas (Hu et al., 2014). Sheldon e Bryant (2016) destacam quatro motivos principais para a utilização do Instagram que refletem os desejos dos utilizadores de se manterem a par dos outros, documentarem as suas vidas, parecerem *fixes* e expressarem a sua criatividade.

Segundo a OberCom, no relatório sobre o Retrato digital de Portugal (2023a), nos oito anos anteriores a este, o Instagram registou um crescimento de utilizadores em Portugal. Em 2015, apenas 12,2% dos portugueses usavam o Instagram, mas em 2023 essa percentagem aumentou para 53,8%, representando um crescimento de 41,6 pontos percentuais ao longo desse período (Cardoso et al., 2023a). Este crescimento torna o Instagram a segunda rede social com o maior aumento de utilizadores desde 2015 em Portugal, sendo apenas ultrapassado pelo WhatsApp. Comparativamente a outras RSO, como o TikTok, LinkedIn e X (antigo Twitter), o Instagram tem uma maior percentagem de utilizadores. Além disso, o Instagram também registou um aumento significativo na sua utilização para o consumo de notícias. Segundo o Reuters Institute Digital News Report 2023, nas principais RSO e de mensagens, o Facebook (40%) está em primeiro lugar como RSO para aceder a notícias, mas em declínio face ao ano anterior (-9%), o WhatsApp (24%) mantém a posição de segundo lugar, e o Youtube (23%) em terceiro também a declinar (-1%). Segue-se o Instagram (23%) com mais 3 pontos percentuais face ao ano anterior, sendo que a sua rápida ascensão contrasta com os apenas 2,5% de 2015 (Newman et al., 2023; Cardoso, et al., 2023b).

1.1.2. Consumo de Notícias no Instagram

Segundo o Digital News Report Portugal de 2022 e 2023, a plataforma de RSO que mais se destacou para o consumo de notícias foi o Instagram, com um aumento de 20,7% desde 2015 até 2023 – excluindo a RSO de mensagens, o WhatsApp, com um aumento de 21,3%.

Entre várias RSO, o Instagram destaca-se como um espaço dinâmico onde os criadores de conteúdos, incluindo os órgãos de informação, utilizam técnicas narrativas inovadoras para se ligarem com a audiência. Tal como observado por Sixto-García et al. (2021), o Instagram surge como um sítio preferido para a distribuição de histórias, com os meios de comunicação social a dedicarem-se à criação de conteúdos para a plataforma. Esta tendência sublinha a evolução do panorama do *storytelling*, em que os meios de comunicação noticiosos tradicionais adaptam-se às preferências e aos hábitos de consumo das audiências contemporâneas. Segundo Civila e Lugo-Ocando (2024), estes meios, no Instagram, recorrem a *affordances* como os *hashtags*, *emojis*, publicações carrossel, InstaStories, e imagens melhoradas e editadas. Assim, aproveitam estas *affordances* para criar conteúdo *online* visualmente atrativo, em seguimento com a natureza da plataforma centrada na imagem. Além disso, a

interação do utilizador é ainda incentivada através dos títulos, apelos à ação ou *call-to-action* e, através do conteúdo autodestrutivo, criam um sentimento de exclusividade e urgência entre os espectadores, impulsionando o envolvimento e a interação com o conteúdo (Sixto-García et al., 2021).

Como tal, perceber o papel do Instagram na formação do jornalismo contemporâneo é essencial para compreender a dinâmica evolutiva das RSO e o seu impacto no discurso social e na interação dos meios de comunicação social com o público na esfera digital (Bossio, 2021; Civila e Lugo-Ocando, 2024; Sixto-García et al., 2021).

Através das RSO todos podem participar na criação e partilha de conteúdos, quer se trate de uma notícia ou de uma experiência pessoal (Safko e Brake, 2009). O Instagram e o TikTok evocam o "brand-building news", ou seja, focam-se em conteúdos visualmente atrativos que as audiências consomem de forma mais passiva (Hase et al., 2022). Porém, segundo Civila e Lugo-Ocando (2024) a exploração da influência algorítmica na distribuição de notícias evidencia a interação entre os criadores de conteúdos e os algoritmos das plataformas. Dado que plataformas como o Instagram estão cada vez mais dependentes destes mecanismos algorítmicos para selecionar conteúdos para os utilizadores, de forma a agradá-los e a mantê-los na plataforma, os meios de comunicação social têm de enfrentar os desafios da visibilidade e do alcance nestes ecossistemas digitais. Hase et al. (2022) explana os preconceitos algorítmicos inerentes às plataformas *online*, salientando a necessidade de transparência e responsabilidade nos processos de tomada de decisões algorítmicas. À medida que os meios de comunicação social se debatem com as implicações destes sistemas algorítmicos de filtragem e recomendação, a integridade e a diversidade dos conteúdos noticiosos estão sujeitas ao escrutínio e à manipulação algorítmica.

A audiência atual, especialmente as gerações mais jovens (Cardoso et al., 2023a; Marktest, 2022), tende a preferir conteúdos visuais e interativos que podem ser consumidos rapidamente. Aliás, “o consumo de notícias nas redes sociais pode ser capturado com o rótulo de ‘notícias incidentais’” (Boczkowski et al., 2017: 1789). Os jovens encontram notícias sem procurar ativamente, como parte de sua constante conexão através das RSO, geralmente via dispositivos móveis (Boczkowski et al., 2017). Consequentemente, este consumo de notícias nas redes sociais apela a uma mudança definitiva dos media tradicionais para os meios digitais, especialmente entre os jovens.

Tendo isto em conta, o uso do Instagram como plataforma jornalística traz os seus benefícios, pois alinha-se com as tendências de consumo dos media contemporâneos. Esta plataforma permite aos jornais adaptar as suas narrativas para serem mais envolventes e acessíveis, principalmente no alcance e retenção destes leitores mais jovens. Além disso, a capacidade de *engagement* direto por parte da audiência e os recursos do Instagram para a análise de dados – os Insights (Instagram, n.d.) – fornecem aos jornais uma compreensão aprofundada do seu público, permitindo uma personalização do conteúdo que pode aumentar a lealdade e a retenção de leitores. Ademais, o alcance global desta rede social (Cardoso et al., 2023a) oferece aos jornais a oportunidade de expandir a sua audiência além das fronteiras geográficas tradicionais, amplificando a influência e relevância noutros mercados

internacionais. Todos estes fatores fazem do Instagram uma plataforma relevante para a modernização e sustentabilidade dos jornais na era digital de forma a cativar um maior público e, consequentemente, leitores assinantes.

As RSO, nomeadamente o Instagram, não só transformaram a maneira como os utilizadores consomem informação e interagem com conteúdo visual, mas também moldaram as dinâmicas sociais online, incluindo a forma como discursos de ódio, nomeadamente a misoginia, são reproduzidos e amplificados (Kaplan e Haenlein, 2010; McCarthy, 2021; Safko e Brake 2009). Embora ofereçam um espaço digital de conexão, partilha e expressão individual, onde os utilizadores podem criar e disseminar conteúdo, também tendem a servir como extensão da vida *offline*, transportando para o ambiente digital problemáticas já existentes, como o discurso misógino (Ging e Siapera, 2018; McCarthy, 2021). A interação nas RSO reflete, muitas vezes, as desigualdades e preconceitos enraizados na sociedade, permitindo a proliferação de ataques dirigidos a mulheres, tanto em comentários diretos como através de formas mais sutis de violência (Guest et al., 2021). Ao mesmo tempo, este ambiente *online* tem-se tornado um espaço de denúncia, onde movimentos como o #MeToo ganharam força, utilizando as plataformas para desafiar o sexism e conscientizar sobre questões de assédio e violência de género (McCarthy, 2021; Mendes et al., 2018). Assim, analisar a misoginia através do Instagram, no contexto específico desta dissertação, oferece uma perspetiva particular sobre a temática mais abrangente relativa ao modo como o discurso de ódio é dirigido e combatido numa era digital interativa.

1.2. Misoginia

A misoginia enquadra-se dentro do discurso de ódio que “é qualquer discurso que ataca um indivíduo ou um grupo com a intenção de ferir ou desrespeitar com base na identidade de uma pessoa” (Chetty e Alathur, 2018: 110). Desta forma, os autores Chetty e Alathur (2018) destacam a linguagem discriminatória, o conteúdo ofensivo, as ameaças direcionadas, o assédio e as expressões de preconceito ou hostilidade contra indivíduos ou grupos com base em várias características. O preconceito enraizado e o ódio dirigido às mulheres, é desde há muito um problema social e manifesta-se na discriminação, na violência e na desigualdade sistémica. Porém, a identificação e categorização da misoginia é um processo complexo e elaborado devido à sua variação em termos de toxicidade com base em medidas subjetivas, incluindo a percepção que o destinatário tem da linguagem do orador (Zeinert et al., 2021).

Guest et al. (2021) desenvolveram uma taxonomia hierárquica com três níveis. Em primeiro lugar, é feita uma distinção binária entre conteúdo misógino e conteúdo não misógino, que se excluem mutuamente. Em segundo lugar, são elaborados subtipos de conteúdos misóginos e não misóginos. Relativamente ao conteúdo misógino, são definidas quatro categorias: conteúdos pejorativos misóginos – termos utilizados para denegrir as mulheres, explicitamente insultuosos e depreciativos ou implicitamente negatividade ou animosidade contra as mulheres –, descrições de tratamento misógino – conteúdo que discute, defende, incita ou planeia um tratamento negativo ou prejudicial para com as mulheres –, atos de depreciação misógina – conteúdos que rebaixam ou menosprezam as mulheres – e

ataques pessoais de género contra as mulheres. Relativamente aos conteúdos não misóginos, são definidas três categorias: contra-discurso contra a misoginia – conteúdo que desafia, refuta ou coloca em questão o abuso misógino –, ataques pessoais não misóginos – dirigidos a uma mulher que não são de natureza misógina – e nenhuma das categorias. Em terceiro lugar, são incluídas bandeiras adicionais para algumas das categorias de segundo nível. Tanto nos conteúdos misóginos como nos não misóginos, as categorias de segundo nível não se excluem mutuamente, permitindo assim a existência de vários rótulos por entrada.

Jha e Mamidi (2017) fazem a distinção entre sexismo benévolos e hostis. O primeiro define-se como uma forma subtil de sexismo que reforça os papéis e estereótipos tradicionais de género, mas de uma forma que é vista como positiva ou elogiosa. Embora o sexismo benévolos possa parecer inofensivo, perpetua a ideia de que as mulheres são naturalmente adequadas a determinados papéis e que os homens são superiores como provedores e protetores. Por outro lado, o sexismo hostil é uma forma aberta de sexismo que expressa preconceito ou desprezo pelas mulheres (Jha e Mamidi, 2017), levando à discriminação, ao assédio e até à violência.

Anzovino, Fersini e Rosso (2018) classificam, segundo Zeinert et al. (2021), a misoginia em cinco subcategorias: desacreditação, que envolve tentativas de prejudicar a reputação ou a credibilidade de uma mulher; assédio e ameaças de violência, que envolve fazer ameaças de violência ou usar violência física ou sexual contra uma mulher; descarrilamento, como a tentativa de silenciar ou ignorar a contribuição de uma mulher para uma conversa ou discussão; estereotipificação e objetificação, como reduzir uma mulher à sua aparência física ou a estereótipos associados às mulheres; e dominação, que envolve a afirmação da superioridade de uma pessoa sobre as mulheres e a tentativa de as controlar.

Parikh et al. (2019) adotam uma abordagem de rótulos com 23 categorias, que não são mutuamente exclusivas, como por exemplo, sexismo interiorizado, negação ou banalização da má conduta sexista, policiamento moral e de tom, culpabilização da vítima, *slut shaming*¹, *body shaming*², *gaslighting*³ e *mansplaining*⁴.

A identificação e categorização da misoginia são desafiadoras devido às várias tonalidades de comportamentos prejudiciais e discriminatórios. Assim sendo, torna-se complexa a delinearção dos atos que refletem preconceito e ódio contra as mulheres. Porém, através destas distinções e categorias,

¹ “Comentários inapropriados sobre as mulheres 1) que se desviam das expectativas conservadoras em matéria de sexo ou 2) que se vestem de uma determinada maneira quando isso está relacionado com a disponibilidade sexual” (Parikh et al., 2019:1645).

² “Comentários ou comportamentos objetáveis relativos à aparência, incluindo a promoção de determinados tipos de corpo ou padrões” (Parikh et al., 2019:1645).

³ “Manipulação sexista da vítima através de meios psicológicos para que duvide da sua própria sanidade” (Parikh et al., 2019:1645).

⁴ “Uma mulher que está a ser tratada de forma condescendente por um homem; também se aplica quando um homem dá um conselho ou uma explicação não solicitada a uma mulher relacionada com algo que ela conhece bem e que desaprova” (Parikh et al., 2019:1645).

particularmente de Parikh et al. (2019), são somadas à literatura definições claras e de fácil catalogação cobrindo um amplo campo de comportamentos sexistas. Esta agregação de conceitos ajuda a identificar a misoginia em diferentes esferas da sociedade, nomeadamente, no espaço *online*.

1.2.1. Misoginia *Online*

Nos últimos anos, o aparecimento de plataformas *online* proporcionou uma nova arena para a expressão e proliferação da misoginia. McCarthy (2021) refere dois estudos que demonstram a difusão alargada do fenómeno em termos transnacionais, quer na Europa, quer nos EUA:

“Um estudo de 2018 realizado em oito países [Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Itália, Nova Zelândia, Polónia, Reino Unido e Suécia] concluiu que 23% das mulheres sofreram abuso ou assédio *online* (Amnistia Internacional, 2018). Outro estudo concluiu que o número de mulheres que relataram ter sido sexualmente assediadas *online* duplicou desde o seu último inquérito em 2017 (Vogels, 2021).” (364).

Apesar das características do *online*, como o anonimato que encoraja os agressores a adotarem comportamentos mais agressivos, a acessibilidade e a amplificação que facilitam a rápida disseminação de mensagens misóginas junto de um vasto público, não podemos ignorar a misoginia e as estruturas patriarcais tradicionais a persistir na sociedade contemporânea, adaptando-se e evoluindo em resposta às mudanças na dinâmica social e aos avanços tecnológicos (Ging e Siapera, 2018; Lewis et al., 2016; McCarthy, 2021).

Gardiner (2018) explora o conceito de comentários *online* como esfera pública através da análise de comentários em artigos do The Guardian, tendo em conta o género dos autores, para melhor compreender a dinâmica do discurso *online*. Afirma que, inicialmente, observava-se as secções de comentários das notícias do jornal como um novo espaço para opiniões e discussões deliberativas, o que poderia aproximar os jornais e a audiência. No entanto, embora os comentários pudessem fomentar debates e desafiar o poder dos media, também se tornaram uma plataforma para discursos incivilizados e ofensivos, representando uma ameaça aos ideais democráticos. “Os artigos escritos por mulheres e pessoas de cor atraem uma quantidade desproporcionada de comentários abusivos e depreciativos, independentemente do assunto sobre o qual estão a escrever” (Gardiner, 2018: 603). A questão dos comentários desviantes nas secções de notícias levou algumas organizações a encerrar as seções de comentários, invocando custos sociais, políticos e jornalísticos (Watson et al., 2019). No entanto, esta abordagem limita o debate público. Em vez do encerramento, defende-se a cooperação entre as organizações noticiosas e os utilizadores para melhorar o controlo social nas comunidades de comentários (Watson et al., 2019).

Gardiner (2018) revela que quanto mais masculina era a secção, mais comentários bloqueados recebiam os artigos de mulheres. O estudo também revelou que os comentários abusivos dirigidos a

jornalistas do sexo feminino tendem a ser de carácter mais pessoal, o que leva a mudanças de comportamento. Estes comentários hostis perpetuam o silenciamento das vozes das mulheres nos meios de comunicação social, fazendo eco de padrões mais amplos de discriminação na vida pública (McCarthy, 2021).

Para Ging e Siapera (2018), o conceito de misoginia

“pode não envolver violência, mas quase sempre implica alguma forma de dano; quer diretamente, sob a forma de danos psicológicos, profissionais, de reputação ou, em alguns casos, físicos; quer indiretamente, no sentido em que torna a Internet um espaço menos igual, menos seguro ou menos inclusivo para as mulheres e raparigas.” (516).

Os *Virtual Manhood Acts* (VMA), conceito proposto por Moloney e Love (2018), referem-se a ações que reforçam as desigualdades de género nos espaços *online* e visam policiar a participação das mulheres e enfatizar a superioridade masculina. Os VMA baseiam-se no conceito de atos de masculinidade de Schrock e Schwalbe (2009) (Moloney e Love, 2018), concebendo a masculinidade como uma ação, não como uma característica. Moloney e Love (2018) expandiram esse conceito para considerar os atos de masculinidade em espaços virtuais.

McCarthy (2021) recorre também aos VMA para analisar comentários do YouTube sobre o skate feminino, um desporto dominado por homens. Desta forma, conclui que a tecnologia tem desempenhado um papel crucial na viabilização e perpetuação da misoginia *online*, com plataformas como o YouTube a proporcionar espaços para abusos sem controlo. As políticas e os procedimentos de moderação da plataforma, bem como as suas funções sociais, devem, na opinião da autora, ser escrutinados e revistos para combater a proliferação de comportamentos misóginos nos espaços mediáticos do skate *online* (McCarthy, 2021). A misoginia *online* não controlada cria um ambiente permissivo para a sua perpetuação.

Watson et al. (2019) sugerem uma tipologia de controlo social nas comunidades de comentários em notícias que inclui a cooperação entre as autoridades (jornalistas ou moderadores) e os membros da comunidade (utilizadores *online*) para combater os comportamentos pouco cínicos e ofensivos. Watson et al. (2019) afirmam que a confiança nos meios de comunicação social é fulcral, uma vez que os utilizadores têm mais probabilidades de denunciar comentários desviantes quando confiam nas entidades. No entanto, a falta de uma resposta adequada às denúncias pode prejudicar esta confiança.

Deste modo, os estudos sobre misoginia *online* apontam para o facto de as plataformas digitais proporcionarem um novo espaço para a expressão e amplificação do ódio e do assédio contra as mulheres. A prevalência significativa de abuso e assédio *online* sublinha a gravidade e a abrangência deste problema.

A natureza anónima e acessível do espaço *online* desinibe comportamentos agressivos e as estruturas patriarcais e os preconceitos enraizados continuam a adaptar-se na sociedade contemporânea.

Isso é evidenciado pela quantidade desproporcional de comentários abusivos direcionados a mulheres e pessoas de cor, conforme observado nos comentários de artigos do The Guardian (Gardiner, 2018).

Por oposição, segundo Lewis et al. (2016), muitas vítimas deste tipo de discurso de ódio procuram apoio ao falar do problema no espaço *online*, em especial utilizadoras que têm uma forte identidade ativista e uma rede de apoio *online*. Porém, algumas tornam-se mais cautelosas quanto à sua participação em debates, refletindo um sentimento de responsabilização para evitar a recorrência.

Embora existam semelhanças entre o abuso *online* e o abuso *offline*, existem também diferenças fundamentais, como por exemplo, as mulheres que sofrem abuso *online* têm mais probabilidades de o denunciar do que as vítimas de abuso *offline* (Lewis et al., 2016). Consequentemente, as plataformas *online* também permitem às vítimas de assédio e violência sexual partilhar as suas experiências, criando assim, canais fulcrais para as denúncias públicas e para consciencializar a sociedade sobre a prevalência destes crimes.

É exemplo o movimento #MeToo, que ganhou força em 2017 e utilizou o espaço *online* para amplificar as vozes das vítimas e criar um espaço de solidariedade e apoio entre as mulheres. Este movimento trouxe ao debate assuntos como consentimento, poder e comportamentos apropriados. Apesar dos entraves da misoginia *online*, o movimento #MeToo também exemplifica a resiliência das mulheres em enfrentar e superar o abuso. A relação entre os dois fenómenos sublinha tanto os obstáculos persistentes quanto as oportunidades para a transformação cultural e a justiça social nesta nova arena *online*.

1.2.2. #MeToo em Portugal

A expressão do *hashtag* “MeToo” remonta a 2007, quando a ativista afro-americana dos direitos da mulher e sobrevivente de agressão sexual Tarana Burke lançou a frase “*me too*” para mulheres de cor partilharem as suas histórias com fim a promover a ideia de empoderamento através da empatia (Mendes et al., 2018; National Women’s History Museum, 2021). Em 2017, no seguimento das acusações de assédio e abuso sexual contra o produtor cinematográfico americano Harvey Weinstein, a actriz Alyssa Milano retweetou a seguinte publicação da ativista Charlotte Clymer: “Se todas as mulheres que foram assediadas ou agredidas sexualmente escreverem ‘*me too*’ como estado, podemos dar às pessoas uma noção da magnitude do problema” (Nadja Sayej, 2018). Neste retweet, Alyssa escreveu: “Se foste assediada ou agredida sexualmente escreve ‘*me too*’ como resposta a este tweet” (Nadja Sayej, 2018). Desta forma, a *hashtag* #MeToo originou o movimento social contra o abuso e assédio sexual e a cultura da violação a nível mundial. Inicialmente abriu o debate sobre o assédio em contexto laboral, mas rapidamente expandiu-se e impactou outras áreas.

Na Europa, os países adaptaram o movimento aos seus contextos culturais e linguísticos, como por exemplo em Espanha, #YoTambién, e em França #BalanceTonPorc (Prata, 2021). Estas adaptações refletem um processo mais amplo de inovação e expansão, em que os ativistas empregam táticas específicas para combater a violência de género nos seus respetivos países.

Em Portugal, o desenvolvimento do movimento #MeToo divide-se em duas fases: a primeira entre 2017 e 2018, ainda virada para as polémicas internacionais, e a segunda em 2021, com real efeito nacional devido a acusações de assédio dentro do país (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023).

Com efeito, a primeira fase do movimento foi despoletada por dois acontecimentos marcantes: a acusação de violação de Cristiano Ronaldo a Kathryn Mayorga e o julgamento no Tribunal de Gaia do caso de violação de uma jovem numa discoteca⁵ (Garraio et al., 2020; Cerqueira et al., 2023; Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023). Apesar de terem sido polémicas que suscitaron o discurso público, o movimento #MeToo não se traduziu num apoio político significativo ou em mobilizações de massas (Prata, 2021). Poucas foram as figuras públicas portuguesas que partilharam suas experiências de assédio sexual e, além disso, não houve acusações (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023).

“O feminismo português tem características específicas relacionadas com a própria história de um país conservador, de forte tradição religiosa, advindo de longos anos de ditadura que influenciam as relações sociais até ao presente, nomeadamente a falta de voz das mulheres no espaço público, marcada por idiossincrasias culturais.” (Cerqueira et al., 2023: 6).

Além disso, a reação ao caso de Cristiano Ronaldo contribuiu para um ambiente hostil contra o movimento #MeToo (Garraio et al., 2020). O apoio a Ronaldo nas redes sociais assumiu frequentemente a forma de tentar minar o carácter da sua acusadora, Kathryn Mayorga, refletindo estereótipos culturais enraizados que desculpam os autores de violência sexual (Garraio et al., 2020; Silveirinha et al., 2019).

A segunda fase do movimento #MeToo em Portugal surgiu em 2021, com acusações de assédio sexual conduzidas por atrizes e celebridades portuguesas. Este ressurgimento foi desencadeado pela atriz Sofia Arruda, que partilhou a sua experiência de assédio numa entrevista em televisão nacional. Esta revelação rompeu com uma bolha de silêncio e levou outras figuras públicas, como Cristina Ferreira e Catarina Furtado (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023), a partilharem as suas experiências, destacando as dificuldades de denunciar estes comportamentos no setor do entretenimento devido ao medo de represálias profissionais e à falta de políticas estabelecidas contra o assédio (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023).

Apesar disso, o movimento teve dificuldade em ganhar força em Portugal, um país com uma cultura conservadora (Cerqueira et al., 2023), e enfrentou uma reação negativa significativa contra o #MeToo. A recessão económica de 2008-2014 gerou uma crise de desigualdade de género conhecida como "austeridade feminina", marcada pelo aumento da violência e da precariedade no mercado de trabalho, além da reafirmação dos papéis tradicionais de género (Prata, 2019). Embora a aliança que permitiu ao Partido Socialista governar com o apoio da esquerda entre 2015 e 2019 tenha implementado políticas mais favoráveis ao género, Portugal ainda enfrenta desafios decorrentes do crescimento do

⁵ Em novembro de 2016, uma mulher de 26 anos foi agredida sexualmente por dois homens numa discoteca em Vila Nova de Gaia. Os factos foram dados como provados pela justiça, porém, a sentença foi controversa, pois resultou na liberdade com pena suspensa dos criminosos.

nacionalismo e do populismo na Europa (Prata, 2019). Esse cenário pode ter sido a razão do antagonismo ao #MeToo devido ao discurso anti-género promovido por grupos de extrema-direita, anti-aborto, nacionalistas e religiosos (Prata, 2019).

O movimento #MeToo acabou por ser alimentado por narrativas que questionavam a credibilidade e a eficácia do mesmo, retratando-o como propenso a falsas acusações e tentativas de estragar reputações dos acusados. Além disso, a cobertura mediática dominante tendeu a desacreditar o movimento e a vitimizar os acusados (Cerqueira et al., 2023). Esta narrativa ofuscou questões fundamentais abordadas pelo #MeToo, como o assédio no local de trabalho e as complexidades da denúncia de abusos sexuais (Garrao et al., 2020; Prata, 2019).

Ademais, o facto de as celebridades terem sido o foco deste movimento, suscitou críticas sobre a limitação do alcance do mesmo, “obscurecendo os mais vulneráveis à violência sexual, como as trabalhadoras com baixos rendimentos ou as mulheres de cor (Rottenberg, 2019: 44-45)” (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023: 1443). Além disso, a resposta nas redes sociais às revelações da atriz Sofia Arruda incluiu tanto apoio quanto ceticismo e misoginia.

Ao contrário da adaptação feita ao *hashtag* #MeToo por outros países, como anteriormente mencionado – em Espanha, #YoTambién, e em França #BalanceTonPorc (Prata, 2021) – Portugal não presenciou uma adoção de *hashtags* específicas. O movimento #MeToo em Portugal esteve presente maioritariamente nos meios de comunicação tradicionais, com pouca expressão pública através de *hashtags* (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023).

Apesar do assédio e a violência sexual já serem crime no país antes do #MeToo, a implementação e a credibilidade das queixas permanecem pouco claras: “No que respeita à violência sexual, Portugal continua a carecer de direitos básicos para as vítimas, como o demonstram algumas das decisões judiciais polémicas dos últimos anos.” (Prata, 2021: 46). Desta forma, o movimento limitou-se a apontar para as fragilidades na legislação existente, como o curto período para denúncia de agressões sexuais (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023). Várias foram as propostas discutidas em Parlamento, com vista a alterar a legislação, como tornar o abuso sexual um crime público e estender os prazos de denúncia, mas não aprovadas (Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023).

Ademais, os meios de comunicação tradicionais desempenharam um papel crucial na formação da opinião pública sobre questões como violência sexual, embora tenham também contribuído para a perpetuação de estereótipos de género e revitimização das vítimas (Cerqueira et al., 2023). Isto é, a análise de Cerqueira (2023) a artigos de opinião sobre o #MeToo, revelou três temas centrais: assédio e violência sexual, (66 publicações em 91), questionamento da (re)vitimização e normalização (43 artigos escritos em 91) e ambivalências dos feminismos no movimento #MeToo (57 publicações escritas em 91).

Ainda assim, em última análise, o impacto do movimento assinalou uma mudança nas atitudes da sociedade em relação à violência baseada no género e contribuiu para revitalizar o movimento

feminista em Portugal, atraindo membros e suscitando novas formas de ativismo, desafiando instituições como o sistema judicial (Prata, 2021).

O movimento #MeToo, que inicialmente ganhou ampla visibilidade global quando atrizes de Hollywood começaram a denunciar publicamente casos de abuso e assédio sexual no ambiente de trabalho, desempenhou um papel significativo ao incentivar a denúncia destes casos em vários setores e países diferentes, ajudando a quebrar o silêncio e a resistência em torno do tema. Este fenômeno não se limitou ao setor de entretenimento ou ao ambiente laboral, sendo que também se expandiu para arenas onde as relações de poder são assimétricas, como é a situação de casos denunciados em instituições acadêmicas em vários países, incluindo Portugal (Cerqueira et al., 2023).

1.2.3. Assédio nas Universidades

No contexto das instituições de ensino superior, a discussão sobre a má conduta sexual foi intensificada, em parte, pelo #MeToo (Viaene et al., 2023), destacando as complexidades e desafios inerentes a esses ambientes onde o poder e a hierarquia perpetuam a impunidade.

“Uma investigação realizada pela Zero Tolerance (2017) na Escócia revelou que mais de 70% dos 600 inquiridos, principalmente mulheres do setor público, incluindo universidades, colégios e agências governamentais locais e nacionais, sofreram ou testemunharam assédio sexual.” (McCarry e Jones, 2021: 928).

Wånggren (2023) enfatiza que a má conduta sexual não deve ser vista como incidentes isolados causados por algumas ‘maçãs podres’ (Wånggren, 2023: 27). Em vez disso, tais comportamentos são mantidos por desigualdades estruturais e hierarquias dentro das universidades, exacerbadas pela precariedade do emprego. Este contexto cultural subjacente perpetua a desigualdade de género e facilita o assédio sexual (McCarry e Jones, 2021).

As precárias condições de trabalho nas universidades intersetam-se com a discriminação de género, raça e classe, afetando desproporcionalmente mulheres e pessoas de cor, que são mais vulneráveis ao assédio devido aos contratos inseguros e menos propensas a denunciá-lo (Wånggren, 2023). Adicionalmente, as mulheres continuam sub-representadas em cargos superiores, enfrentam um fosso salarial persistente e práticas discriminatórias no local de trabalho (McCarry e Jones, 2021). Ruiz Martinez et al. (2023) argumentam que as vítimas de má conduta sexual sofrem problemas emocionais, diminuição da autoestima e contratemplos profissionais, o que, aliado ao receio de retaliação, dissuade a comunicação de incidentes.

Edwards (2023) aborda as complexidades na definição e reconhecimento do assédio sexual, muitas vezes influenciado por fatores sociais como raça, classe e género.

Usando a definição de Kloß (2017), a autora descreve que “O assédio sexual(izado) é definido como um comportamento coercivo, que pode incluir gestos, ações e outros modos de

comunicação verbal ou não verbal, com conotações sexuais, que intimidam, humilham e exercem poder sobre outra pessoa.” (Edwards, 2023: 116).

No estudo feito por Jones et al. (2024), investigam a prevalência e os impactos da violência baseada no género nas universidades do Reino Unido, revelando que a violência sexual é um problema significativo, perpetuado principalmente por homens em cargos superiores (Jones et al., 2024; McCarry e Jones, 2021). Nos EUA, um terço das estudantes universitárias foram vítimas de violência sexual, e na Austrália, cerca de metade dos estudantes universitários sofreram assédio sexual, tendo uma percentagem significativa ocorrido em ambiente académico (McCarry e Jones, 2021). Estes estudos contrastam com o ambiente seguro e propício ao desenvolvimento pessoal e profissional que deveria existir nas universidades (Cerqueira et al., 2023).

Ruiz Martinez et al. (2023) salientam a falta de políticas claras, a tendência de proteger agressores em posições de poder, e a inadequação das respostas institucionais, que frequentemente aconselham as vítimas a resolver as situações de modo informal, aumentando a vitimização e o isolamento (Raisinghani e Bhagchandani, 2023). Neste sentido, Wånggren (2023) realça uma abordagem em prol de prioridades económicas, levando à proteção de funcionários de alto nível apesar da sua má conduta. Sara Ahmed (2019) reflete sobre as complexidades e desafios do processo de apresentação de queixas, destacando queixas desencorajadas e vítimas avisadas das potenciais consequências negativas para a sua reputação, levando à rejeição ou invalidação das suas experiências.

“... este silêncio dos espectadores na cultura da violação universitária (...) torna difícil abordar estruturalmente a mudança na cultura da violação universitária.” (Wånggren, 2023: 35).

A autora define ‘cultura de violação’ (Wånggren, 2023: 34) como uma cultura em que a violência sexual é considerada preceito e inevitável, expressa em contextos sociais, culturais, jurídicos e políticos, culpabilizando as vítimas, negando e distorcendo as narrativas em volta da violência sexual.

A hierarquia nas universidades entre professores, alunos e funcionários cria um ambiente propício ao assédio e abuso de poder. Egan e Mikitas (2023) abordam questões éticas frequentes na orientação de doutoramento, tais como potenciais relações abusivas e ambiguidades nas funções de orientação, refletindo problemas sistémicos na academia. Viaene et al. (2023) explanam as dinâmicas hierárquicas e de culto nas instituições académicas, onde os ‘Professores-Estrela’⁶ detêm um poder significativo. Estes professores exploram frequentemente as suas posições para manipular e controlar jovens investigadoras. Assim, Ruiz Martinez et al. (2023) sublinham a vulnerabilidade de investigadores e estudantes mais jovens, particularmente mulheres, que dependem de académicos seniores para orientação e progressão na carreira. Paralelamente, Thurmann (2023) apresenta conceitos como a

⁶ Termo emprestado por Viaene et al. (2023: 208) a Esther Wang em <https://www.jezebel.com/what-are-we-to-make-of-the-case-of-scholar-avital-ronel-1828366966>

manipulação de confiança para criar situações em que a violência sexualizada ocorre, e dinâmica de poder onde os agressores exploram o seu poder físico e social, realçando a posição precária de investigadores em ambientes não familiares.

Petit-Thorne (2023) relata incidentes em espaços académicos liminares, que define como “eventos fora do campus ou não oficiais em que os académicos socializam, estabelecem contactos e trabalham uns com os outros fora do âmbito restrito da sua instituição de origem, incluindo organizações de estudantes, sindicatos, espaços para conferências e eventos sociais. Estes espaços existem fora das instituições que constituem o campus, mas são parte integrante do mundo social e político da academia.” (Petit-Thorne, 2023: 155).

Deste modo, a autora aponta falhas estruturais e institucionais afirmando que as universidades têm frequentemente um âmbito e jurisdição limitados sobre estes espaços, o que leva a lacunas na cobertura das políticas e na responsabilidade institucional. Além de mais, argumenta que esta limitação é estratégica para proteger as instituições da responsabilidade por incidentes que ocorram fora do seu âmbito imediato.

Por conseguinte, Petit-Thorne (2023) denuncia a violência institucional, pois as universidades e os sindicatos muitas vezes não fornecem respostas ou apoio adequados, levando à “traição institucional” (Petit-Thorne, 2023: 163), ou seja, priorizarem a proteção da reputação ou de membros influentes em detrimento da alegada vítima. Além disso, denuncia também a violência lateral onde é retirada a solidariedade e apoio por parte dos colegas, especialmente quando a queixa é percecionada como uma ameaça à reputação da instituição.

Posto isto, são necessários processos educativos que promovam a consciência crítica e desafiem práticas socioculturais discriminatórias (Raisinghani e Bhagchandani, 2023). Egan e Mikitas (2023) sugerem que a formação dos orientadores inclua reflexão crítica sobre práticas de orientação e apoio aos que denunciam má conduta. As instituições devem implementar políticas para espaços liminares e garantir a responsabilização e apoio às vítimas (Petit-Thorne, 2023), fornecer recursos e apoio aos que denunciam casos de má conduta (Egan e Mikitas, 2023), assim como melhorar as próprias respostas a estas denúncias, o que inclui a resolução de barreiras administrativas e receios de retaliação (Petit-Thorne, 2023). À vista disso, Edwards (2023) defende a importância do apoio institucional e a criação de espaços seguros para compartilhar experiências, aumentando a consciencialização mediante campanhas mais eficazes contra a violência sexual e promoção de uma cultura de consentimento e respeito (M. Hill e Crofts, 2023).

CAPÍTULO II – CONTEXTO EM PORTUGAL

Segundo Egan e Mikitas (2023: 193), “na sequência do movimento #MeToo, o reconhecimento público da questão da má conduta sexual académica está a ganhar força”. Em Portugal, após a eclosão do

#MeToo entre 2017 e 2021 (fases expostas no capítulo anterior), sucederam-se, em 2022, as primeiras denúncias em massa sobre o problema estrutural de assédio nas faculdades, situação que reflete as interseções entre hierarquias de poder e dinâmicas de assédio sexual e moral. No mesmo sentido, Viaene et al. (2023: 214) afirma que “No meio do movimento internacional #MeToo, as paredes desta instituição começaram a falar”. À vista disso, este impacto do movimento pode ser identificado pela polémica na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) em 2022, onde foram recebidas 50 queixas de assédio moral e sexual em apenas 11 dias após a abertura de um canal de denúncias (Lusa, 2022), em que 10% dos docentes da instituição foram denunciados por assédio e discriminação, revelando uma cultura de silêncio (Câncio, 2022). Este aumento nas denúncias pode ser parcialmente atribuído à influência do movimento, que criou um ambiente mais seguro e propício para que as vítimas falassem (Câncio, 2022).

Desde então, o assédio nas universidades em Portugal tem emergido como um problema estrutural, evidenciado pela crescente extensão e gravidade da situação. Além desta polémica na FDUL em 2022, mais foram as instituições onde as vítimas se manifestaram, sendo registadas cerca de 150 denúncias no mesmo ano, por todo o país (Lusa, 2023b). É exemplo o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade do Minho, a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra. Nesta última universidade, o Centro de Estudos Sociais (CES) da mesma esteve envolvido no também polémico caso de denúncias de assédio contra o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (Câncio, 2023a; Lusa, 2023b), que irei explanar mais à frente.

Ainda assim, apesar do aumento das denúncias, a resposta institucional tem sido escassa: conforme destacado em título noticioso da Lusa (2023b), “nenhuma queixa de assédio feita no ano passado [2022] à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) chegou a tribunal”, realçando-se as dificuldades em lidar com casos de assédio sexual em ambiente académico e as dificuldades institucionais e legais enfrentadas pelas vítimas. Ora, este episódio destacou tanto a prevalência do problema quanto a inércia institucional em lidar com estas questões, com algumas queixas sendo minimizadas como “exageros” pelo diretor da faculdade, Eduardo Vera-Cruz Pinto (Horta, 2024). Ademais, a reação das instituições, como o caso de um professor acusado de difamação após denunciar assédio (Rato Nunes, 2022), mostra a complexidade e a resistência enfrentada na academia.

A luta contra o assédio no ensino superior é reforçada pela ação dos movimentos estudantis que enfrentam a resistência e a lentidão das instituições em implementar medidas eficazes (Cruz e Matos Silva, 2024). Em virtude disto, “cada vez mais estudantes recorrem a grupos académicos para apresentarem as suas denúncias: a informalidade, a transparência, a proximidade com a comunidade e a falta de atuação das universidades são apontadas como as principais causas” (Cruz e Matos Silva, 2024).

A necessidade de um inquérito nacional sobre assédio sexual no meio académico é cada vez mais urgente, conforme alertam três investigadoras, Maria Helena Santos, Júlia Garraio e Carla Cerqueira, que sublinham a importância de entender a profundidade do problema e implementar medidas

eficazes de prevenção e resposta (Câncio, 2023b). Consequentemente, realizaram uma análise exploratória, através de um conjunto de entrevistas cujos resultados iniciais revelaram numa entrevista ao Diário de Notícias (Câncio, 2023b). “Algumas entrevistadas situam o assédio nas relações de poder, outras relataram situações de importunação sexual entre colegas e mesmo da parte de alunos/as (insistência em acompanhar a professora até ao carro à noite, por exemplo)” (Câncio, 2023b).

Alertam para a falta de mecanismos eficazes de denúncia e que a cultura de silêncio perpetua o problema, e as instituições frequentemente não conseguem proteger adequadamente as vítimas ou punir os agressores:

“Algumas mulheres assediadas mudaram de orientador ou de local de trabalho, algumas denunciaram ou tentaram, pelo menos, denunciar. Há outras que não reportaram por receio de serem prejudicadas nas suas carreiras, e casos de mulheres que reportaram sem encontrarem apoio institucional (pelo contrário, sentiram que elas é que ficaram mal vistas), e ainda as que reportaram e houve alguma consequência: desde mudança de orientador ou professor (por exemplo, mudar o professor para outras turmas/horários) a casos de fim de contrato do assediador” (Câncio, 2023b).

Durante a entrevista, as investigadoras afirmam também que “A maioria dos assediadores são superiores hierárquicos – orientadores, professores –, homens com poder a assediar mulheres mais novas e em situação hierárquica inferior, alunas de licenciatura, doutorandas ou mulheres em início de carreira” (Câncio, 2023b). Este é o caso de outras três investigadoras que passaram pelo CES e, no capítulo de Viaene et al. (2023) *The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia* do livro intitulado *Sexual Misconduct in Academia Informing an Ethics of Care in The University* (2023), denunciaram situações de assédio por parte de Boaventura de Sousa Santos (o Professor-Estrela), Bruno Sena Martins (o Aprendiz) e a *Watchwoman* (ou a Sentinela). O relatado envolve alegações de assédio repetido e abuso de poder, ocorridos durante o trabalho entre as investigadoras e sob a orientação dos acusados. Relatam que foram submetidas a comportamentos indesejados e inadequados, criando um ambiente de trabalho hostil e tóxico, sendo o artigo uma poderosa acusação contra a impunidade de abusadores em posições de poder nas universidades (Viaene et al., 2023).

Esta sucessão de acontecimentos, mais concretamente, a eclosão de denúncias na Faculdade de Lisboa em 2022, e o caso de acusações dirigidas a Boaventura de Sousa Santos em 2023, refletem uma mudança cultural significativa. A mediatização destes casos de assédio em ambiente académico, nomeadamente, a cobertura feita pelos jornais e as respetivas publicações nas RSO, mais concretamente, no Instagram, levam à análise proposta no presente trabalho, visando focar nos comentários a publicações referentes a notícias das polémicas mencionadas.

A explosão de denúncias de assédio sexual e abuso de poder em instituições de ensino superior é uma decorrência do #MeToo, que encorajou muitas vítimas a romperem o silêncio e a compartilharem as suas experiências. Embora, em primeira instância, o aumento de denúncias possa representar um virar de página relativamente à misoginia, com a abertura para a discussão em sociedade sobre desigualdades de género, o presente trabalho pretende analisar se a percepção pública, particularmente no Instagram, segue essa tendência ou se se verifica ainda uma reação misógina às denúncias. O presente estudo visa também investigar como as notícias sobre assédio na academia são apresentadas nos perfis de Instagram dos jornais *Público* e *Expresso* e analisar se há algum tipo de publicação que motiva mais discurso misógino nos comentários.

Esta análise é crucial porque, apesar da visibilidade e do apoio gerado pelo movimento #MeToo, a resistência e a reação negativa às denúncias de assédio são igualmente visíveis. A presença de comentários misóginos pode indicar que, enquanto alguns segmentos da sociedade estão a progredir em termos de igualdade de género e justiça para com as vítimas, outros permanecem estagnados em atitudes discriminatórias.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

A pergunta de investigação que orienta este estudo é: “*Qual o retrato do discurso misógino nos comentários do Instagram em publicações de notícias sobre o assédio na academia e como é que estas são representadas nos jornais Públíco e Expresso?*”

Neste sentido, os objetivos são os seguintes:

1) Como são apresentadas as notícias, referentes ao assédio na academia, nos Instagram dos jornais selecionados?

– Essa apresentação influencia o discurso misógino nos comentários dos jornais selecionados?

2) Qual a ordem cronológica (1^a ou última) de publicação de notícias, referente ao assédio na academia, que motiva uma maior quantidade de discurso misógino nos comentários dos jornais selecionados?

3) Qual dos Instagram dos jornais selecionados contém mais discurso misógino nos comentários das notícias selecionadas referentes ao assédio na academia?

Foram escolhidas duas polémicas para análise: as denúncias de assédio sexual nas instituições de ensino superior e as acusações de assédio contra Boaventura de Sousa Santos. Ambas representam eventos recentes e altamente mediatisados que expuseram problemas estruturais e culturais persistentes no ambiente académico em Portugal. Em 2022, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) recebeu um número significativo de queixas de assédio num curto período, refletindo um problema de longa data que começou a ser abordado publicamente, o que rapidamente se alastrou para outras instituições. Em 2023, as acusações contra Boaventura de Sousa Santos, uma figura proeminente na academia portuguesa, destacaram como indivíduos em posições de poder podem perpetuar abusos, mesmo em instituições que se posicionam como defensoras de justiça e igualdade. Estas acusações

fizeram retornar o debate sobre o assédio na academia para os meios de comunicação e qual o ponto de situação face às medidas tomadas anteriormente, em 2022.

Assim, oito publicações foram recolhidas para análise visual e textual. As imagens das publicações foram analisadas mediante abordagem sócio-semiótica (Kress e van Leeuwen, 1996/2006; Mota-Ribeiro, 2010) em conjunto com a teoria do *framing* (Arowolo, 2017; Entman, 1991; Entman, 1993). Os comentários foram analisados mediante análise temática (Braun e Clarke, 2006; Guest et al., 2012; Kiger e Varpio, 2020) com recurso ao *software* MaxQda.

Analizar o discurso misógino neste enquadramento pode revelar como os preconceitos de género se manifestam na esfera pública digital, particularmente, nos comentários a publicações do Instagram. Desta forma, pode ajudar a compreender como a misoginia é expressa, perpetuada e moldada, oferecendo uma visão dos mecanismos de discriminação que são mais preponderantes e de que forma contribuem para a normalização ou contestação do assédio sexual.

3.1. Análise de Imagens e Comentários no Instagram

A análise das publicações feitas no Instagram pelo *Público* e *Expresso* permite perceber como estes dois jornais diferentes fizeram cobertura das polémicas selecionadas no espaço *online*, tendo em conta as imagens escolhidas, para compreender de que modo estas imagens ajudam a corroborar ou não uma determinada representação das vítimas e dos alegados agressores. É também importante analisar os comentários das respetivas publicações, pois estes oferecem uma janela para entender como a sociedade portuguesa reage às denúncias de assédio. A presença de discursos misóginos pode indicar uma resistência cultural persistente à mudança e à aceitação das denúncias de assédio, mesmo após o impacto do movimento #MeToo.

A escolha do Instagram como plataforma de estudo para a análise do discurso misógino é fundamentada pelo crescimento do uso desta, como mencionado no capítulo I. Desde o seu lançamento em 2010, o Instagram evoluiu significativamente, tornando-se uma das RSO mais populares em Portugal, aumentando exponencialmente, de 12,2% em 2015 para 53,8% em 2023. Este crescimento exponencial reflete a sua relevância e penetração no cotidiano dos portugueses, tornando-o um canal crucial para analisar discursos e interações sociais. Além disso, esta RSO registou um aumento significativo na sua utilização para o consumo de notícias. Em 2023, 23% dos utilizadores portugueses acediam notícias através desta plataforma, evidenciando a sua importância como fonte de informação.

O Instagram como plataforma centrada em conteúdo visual enriquece a experiência do utilizador e a forma como as histórias ou notícias são contadas. Os jornais *Público* e *Expresso* adaptam o seu conteúdo para esta plataforma. Por isso, pretende-se avaliar como a escolha de imagens, títulos e a narrativa visual afetam a percepção dos utilizadores sobre o assédio na academia, bem como o discurso misógino nas interações geradas.

A seleção dos jornais *Público* e *Expresso* foi guiada pela notoriedade e influência nacional, sendo que ambos os jornais são amplamente reconhecidos. O *Público*, fundado em 1990, “é um jornal

diário impresso de centro-esquerda com uma edição *online*” (Garraio et al., 2020), enquanto o *Expresso*, fundado em 1973, “é um jornal semanal impresso de centro-direita com uma edição diária *online*” (Garraio et al., 2020). Esta diversidade de perspetivas políticas assegura uma análise equilibrada e abrangente dos discursos veiculados pela imprensa que o estudo irá analisar. Ademais, a popularidade expressa na plataforma Instagram, na qual contam com uma significativa base de seguidores até à data da recolha de dados: *Público* com 636 mil e *Expresso* com 563 mil; é fulcral, pois permite avaliar o *engagement* e as interações dos utilizadores com as publicações, refletindo a influência dos jornais nesta rede social.

Adicionalmente, em 2023, o *Público* consolidou a sua posição como líder na circulação total paga entre os diários portugueses, com 58.122 exemplares, e uma quota de mercado de 44% (*Público*, 2024). No digital, o *Público* também se destacou como o único generalista diário a crescer, com uma circulação paga de 47.813 exemplares, alcançando uma quota de mercado de 77% (*Público*, 2024). Estes números sublinham a importância do *Público* na disseminação de informações e na formação de opinião pública.

Já o *Expresso* é o semanário mais vendido em Portugal, com uma circulação total paga de 86.316 exemplares e uma circulação digital paga de 46.447 exemplares, representando um aumento de 5,1% face ao período homólogo (*Público*, 2024). Além disso, é o jornal em que os portugueses mais confiam no ano de 2020, com uma taxa de confiabilidade de 76,5%, segundo um estudo do Reuters Institute e da Universidade de Oxford (*Expresso*, 2020).

Tanto o *Público* como o *Expresso* destacaram-se pela sua transição bem-sucedida para o formato digital (Cardoso et al., 2022a). Em 2021, 77% da circulação do *Público* e 48% da circulação do *Expresso* eram em formato digital (Cardoso et al., 2022a). Este sucesso na adaptação ao digital evidencia a capacidade destes jornais em manter a relevância e a influência num panorama mediático em constante evolução.

A metodologia é estruturada em três partes principais: 1) a identificação das publicações de notícias sobre assédio na academia e a subsequente recolha de comentários, utilizando o *software* PhantomBuster para extrair os dados necessários; 2) a amostra composta por oito publicações dos jornais *Público* e *Expresso*, escolhidas com base na calendarização (primeira e última publicação até à data de recolha⁷), abrangendo as polémicas de assédio nas instituições de ensino superior e as acusações contra Boaventura de Sousa Santos; 3) a análise de dados através da análise sócio-semiótica visual das imagens das publicações em conjunto com a teoria do *framing*, que guiam a interpretação das narrativas visuais e, paralelamente, a análise temática, utilizando o *software* MaxQda para codificação e identificação de padrões emergentes nos comentários. À vista disso, pretende-se compreender como os discursos misóginos são expressos e influenciados (ou não) nas publicações do Instagram dos jornais *Público* e *Expresso*.

⁷ Novembro de 2023.

3.1.2. Recolha de Dados

Numa primeira etapa, entre maio e julho de 2023, foram identificadas as publicações de notícias referentes ao assédio na academia, datadas de 8 de abril de 2022 a 9 de maio de 2023 e, numa segunda etapa, em novembro de 2023, foram recolhidos os comentários dessas publicações.

De forma a fazer esta recolha, recorreu-se ao *software* do PhantomBuster, uma empresa de cariz comercial, que permite realizar diversas ações, incluindo a recolha de comentários e outros dados de plataformas sociais como o Instagram. Essas recolhas são realizadas através da API (Interface de Programação de Aplicações) disponibilizada pelo Instagram. Entre as várias opções do PhantomBuster recorreu-se ao módulo ‘Instagram Post Commenters Export’. Em Google Sheets, inseriu-se os links de cada uma das publicações que pretendia extrair os comentários e o *software* extraiu-os de uma vez também para o Google Sheets. Este módulo permite extrair as seguintes informações: URL do perfil de Instagram do utilizador que escreveu o comentário, nome (@) de utilizador; conteúdo do comentário; número de *likes* no comentário; número de respostas ao comentário; data do comentário; ID do comentário; ID do utilizador no Instagram; URL da foto de perfil do utilizador. Porém, tem algumas limitações para esta extração, como não recolher comentários que são resposta a outros comentários e não recolher o género escolhido pelo utilizador ao criar o perfil de Instagram.

De seguida, organizou-se os dados extraídos no Excel, limitando-se a usar apenas o conteúdo do comentário feito e número de *likes* e de respostas a esse comentário, eliminando o resto dos dados. Assim, transitou-se para o *software* MaxQda para ler, reler e codificar, visando a análise temática.

3.1.2.1. Reflexão Ética

Neste estudo, foi utilizado o *software* PhantomBuster que recolhe comentários de perfis sejam eles públicos ou privados, pois os comentários foram feitos em publicações de perfis públicos, especificamente dos jornais *Público* e o *Expresso*. No contexto do Instagram (2020), os Termos de Utilização indicam que os conteúdos publicados em contas públicas, como comentários, são visíveis e acessíveis para todos. Ao publicar nesses espaços, os utilizadores concordam implicitamente que os seus conteúdos podem ser usados por terceiros, incluindo para fins de pesquisa, desde que sejam respeitados os Termos de Utilização e as leis aplicáveis. No entanto, a política de privacidade do Instagram não especifica claramente a utilização de dados para pesquisa académica, o que levanta questões éticas sobre a necessidade de consentimento adicional.

De acordo com o LSE Research Ethics Committee (2022), o consentimento informado não é necessário para dados publicamente acessíveis, como livros, jornais e discursos políticos. Contudo, a anonimização dos dados é essencial para proteger os indivíduos, especialmente ao lidar com populações vulneráveis ou temas controversos. Juntamente, a distinção entre espaços públicos e privados *online* é muitas vezes ambígua, o que dificulta a obtenção de consentimento informado (The British Psychological Society, 2021).

Assim, os comentários recolhidos foram anonimizados, de modo que a ligação direta ao indivíduo fosse eliminada. As diretrizes recomendam garantir o anonimato e a confidencialidade dos dados (The British Psychological Society, 2021). Além disso, Fiesler e Proferes (2018) ressaltam que as normas éticas na investigação em redes sociais ainda estão em evolução e que as expectativas dos utilizadores, que esperam privacidade, devem ser levadas em conta para informar as melhores práticas.

A Comissão Europeia (2021), no documento Ética nas Ciências Sociais e Humanas, também destaca a garantia da privacidade e a minimização dos danos. O documento levanta questões sobre a legitimidade do uso de dados de redes sociais, alertando para a necessidade de avaliar o risco de danos aos indivíduos, especialmente no que diz respeito à exposição indevida de identidades e perfis. Do mesmo modo, as Orientações Éticas 3.0 da Associação de Investigadores da Internet (AoIR) (Brake et al., 2019) sublinham a importância de considerar as variações éticas e culturais que podem existir em diferentes contextos. Consequentemente, para garantir a privacidade, evito o uso de exemplos ou a exposição direta de comentários, mesmo que esses sejam considerados dados públicos. Isso ocorre porque, apesar de estarem publicamente disponíveis, os utilizadores não deram consentimento específico para participarem neste estudo, havendo uma expectativa de privacidade, sendo que optei por proteger a confidencialidade.

3.1.3. Amostra

A amostra selecionada para esta análise consiste em oito publicações, quatro do *Público* e quatro do *Expresso*, totalizando em 9 imagens (uma das publicações tem duas fotos em formato carrossel) e 368 comentários. Cada conjunto de quatro publicações abrange duas publicações da polémica do assédio sexual nas instituições de ensino superior, que surgiu em 2022, e duas publicações da polémica das acusações dirigidas a Boaventura de Sousa Santos, que foram feitas em 2023. A escolha destas publicações envolveu a inclusão da primeira e última publicação disponível até a data de recolha (novembro de 2023), proporcionando uma visão abrangente e longitudinal do *engagement* do público.

No Anexo A, é possível observar as publicações cujos comentários e respetivas imagens fizeram parte da amostra. A escolha desta amostra teve origem na análise exploratória inicial dos perfis de Instagram de vários jornais nacionais portugueses, que fez parte de outro trabalho para uma unidade curricular, cujo objetivo era entender a estratégia de transição digital de alguns jornais portugueses, incluindo o *Expresso* e o *Público*. Durante esta análise preliminar, observou-se que, apesar de ambos os jornais cobrirem e publicarem no Instagram sobre as mesmas notícias, havia diferenças significativas tanto nas imagens e narrativas escolhidas para pintar as notícias como nas reações das respetivas audiências. Inicialmente, explorou-se várias notícias relacionadas com questões de género sendo escolhido o tema de assédio na academia devido à sua relevância, às suas consequências, e ao elevado nível de *engagement* observado nas publicações relacionadas.

3.1.4. Análise de Dados

3.1.4.1. Análise Sócio-Semiótica e Teoria do *Framing*

A análise sócio-semiótica das imagens visa compreender como os elementos visuais nas publicações contribuem para a construção de significados e como esses significados são percebidos e interpretados dentro de contextos sociais e culturais específicos (Kress e van Leeuwen, 1996/2006). A análise foca-se numa abordagem sistemática, utilizando a ‘gramática visual’ desenvolvida por Kress e van Leeuwen, que estabelece um conjunto de regras para a interpretação de imagens. Esta gramática visual é uma ferramenta central para a análise crítica das imagens, permitindo explorar como os discursos e ideologias são visualmente expressos (Mota Ribeiro, 2010).

Os componentes principais incluem representação visual, composição, modalidade e interação. A representação visual distingue-se entre narrativa, que mostra ações que indicam direção e movimento, e conceitual, que representa conceitos de maneira estática. A composição analisa a organização espacial das imagens, considerando a informação dada e nova ou ideal e real. Esta organização dos elementos na imagem e a sua composição contribuem para a forma como os significados são percebidos (Mota Ribeiro, 2010). Já a modalidade refere-se ao grau de realismo das imagens, influenciado por fatores como cor, detalhes, iluminação e perspetiva, indicando até que ponto a imagem é percebida como verdadeira ou factual. Por outro lado, a interação envolve o contacto visual dos sujeitos na imagem. Desta forma, a distância social representada na imagem (close-up, plano médio, plano longo) sugere a relação social entre os sujeitos e o espectador, enquanto a atitude, indicada pelo ângulo da câmara (alto, baixo, olho no olho), sugere poder, igualdade ou subordinação (Kress e van Leeuwen, 1996/2006; Mota-Ribeiro, 2010).

Por outro lado, a teoria do *framing*, conforme detalhada por Olasunkanmi Arowolo em *Understanding Framing Theory* (2017), fornece um contexto teórico essencial para compreender a influência dos media na percepção pública. Inicialmente proposta por Gregory Bateson em 1972, a teoria do *framing* explora como a informação é apresentada e percebida num contexto específico, destacando a importância da estrutura e interpretação das mensagens (Arowolo, 2017). Robert Entman (1991) identificou cinco formas comuns de enquadrar notícias: conflito⁸, interesse humano/personalização⁹, consequência¹⁰, moralidade¹¹ e responsabilidade¹². Esses *frames* ajudam a simplificar informações

⁸ “O conflito entre as partes pode ser priorizado, em oposição à decisão efetivamente tomada” (Arowolo, 2017: 2).

⁹ “Ao apresentar uma história com rosto humano, a personalidade é promovida em detrimento de aspetos mais importantes” (Arowolo, 2017: 2).

¹⁰ “Podem ser muito vastas. A prossecução de uma política pode ser insensata em termos de unidade no âmbito de um partido ou coligação ou em termos do estatuto de uma nação a nível global” (Arowolo, 2017: 2).

¹¹ “A cobertura mediática pode frequentemente moralizar, por vezes devido às indiscrições dos atores políticos; ou as políticas alternativas podem ser vistas como moralmente questionáveis” (Arowolo, 2017: 2).

¹² É a “atribuição de responsabilidade, seja por uma causa ou por uma solução” (Arowolo, 2017: 3).

complexas, ligando histórias a contextos mais amplos e, por vezes, manipulando a percepção do público (Álvares, 2017a; Arowolo, 2017; Entman, 1991). Álvares et al. (2022) exploram também o enquadramento de valências, ou seja, como os *frames* tendem a realçar aspectos favoráveis ou desfavoráveis de uma situação ou ator. Assim, o enquadramento de valências ajuda a ilustrar como o *framing* pode manipular a receção de conteúdos, ao apresentar um tema de forma a evocar respostas ou mais simpáticas ou mais críticas (Álvares et al., 2022).

Entman (1993) argumenta que os *frames* operam em diferentes níveis: ao nível da comunicação, sendo este a maneira como os media apresentam a informação, e ao nível cognitivo, relacionado com a forma como o público interpreta essa informação. Além disso, o autor identificou que os *frames* não apenas destacam certas informações, mas também podem suprimi-las, o que pode direcionar a atenção pública e moldar a opinião em determinadas direções. Ademais, os *frames* podem ser específicos, centrando-se em questões ou eventos particulares, ou genéricos, abordando temas amplos como conflitos políticos ou avaliações morais (Entman, 1993; Álvares, 2017a). As principais funções do *framing* noticioso incluem criar atalhos cognitivos para o público, simplificar as notícias, desviar de questões importantes, limitar o pensamento crítico e moldar as percepções do público (Arowolo, 2017).

A fim de realizar a análise de forma concisa, agregam-se, para a grelha de observação (ver Anexo B), os principais componentes da abordagem sócio-semiótica (representação visual, composição, modalidade e interação), reorganizados em Dimensão Interacional, Dimensão Representacional e Dimensão Composicional, com base na análise de Mota Ribeiro (2010: 379-381) aos *Frames* Principais da Teoria do *Framing* (Entman, 1991). Esta fusão visa cobrir várias perspetivas de análise das publicações no Instagram feitas pelos jornais selecionados: considerar os contextos sociais e culturais nos quais as imagens são percebidas, oferecendo uma compreensão mais profunda de como diferentes públicos interpretam e reagem às imagens; e explorar como os jornais *Público* e *Expresso* utilizam imagens para moldar a compreensão do público sobre temas sensíveis como o assédio na academia (Hohenstein e Herding, 2017).

3.1.4.2. Análise Temática

A análise temática é “um método para identificar, analisar e comunicar padrões (temas) nos dados. Organiza e descreve minimamente o seu conjunto de dados em pormenor” (Braun e Clarke, 2006: 6). É de notar que “A investigação qualitativa envolve qualquer investigação que utilize dados que não indiquem valores ordinais” (Nkwi et al., 2001: 1), focando-se em dados não numéricos e menos estruturados, como textos, imagens ou sons.

A escolha da análise temática é justificada pela sua flexibilidade e capacidade de adaptação ao conteúdo variado e não estruturado que são os comentários no Instagram. Esta metodologia permite a identificação e análise de padrões emergentes no discurso misógino, bem como a exploração de nuances no discurso, tanto explícitas quanto implícitas. Além disso, proporciona uma descrição rica e detalhada do fenômeno estudado e é sensível ao contexto e às dinâmicas sociais e culturais presentes nos comentários analisados.

Braun e Clarke (2006) descrevem um processo de seis fases para a realização da análise temática, sendo considerado “o quadro mais amplamente aceite para a realização da análise temática” (Kiger e Varpio, 2020: 1). A primeira fase envolveu a familiarização com os dados, seguida da segunda fase, em que são gerados os códigos iniciais – neste caso, misoginia e não misoginia. Já na terceira fase deu-se a procura de temas, classificando e agrupando dados em códigos e potenciais temas – misoginia, apoio e crítica. Na quarta fase reviu-se os temas – acrescentando ofensas contra o acusado – e, na quinta fase, estipulou-se a definição e nomeação de temas, refinando-os e analisando os dados dentro de cada um deles. Por fim, a sexta fase envolveu a produção do relatório, apresentando uma descrição concisa da história dos dados dentro e entre temas.

Epistemologicamente, a análise temática pode ser positivista e interpretativa, onde as afirmações devem ser suportadas por evidências textuais e os processos são sistemáticos, podendo haver quantificação ou interpretação (Guest et al., 2012).

A análise temática baseia-se no estudo exploratório que reside na forma como o investigador averigua os dados, procurando palavras-chave, tendências ou ideias que ajudem a delinear a análise, focando-se na identificação e descrição de ideias implícitas e explícitas nos dados (Guest et al., 2012; Kiger e Varpio, 2020). Desta forma, códigos são desenvolvidos para representar os temas identificados e aplicados aos dados como marcadores. Segundo Miles e Huberman (1994: 56), códigos são “etiquetas ou rótulos para atribuir unidades de significado à informação descritiva ou inferencial compilada durante um estudo” (como citado em DeCuir-Gunby et al., 2010). Estes códigos podem ser dedutivos (derivados de teorias ou conceitos previamente existentes), indutivos (criadas com base nos dados em análise), ou estruturais (baseados nos objetivos e questões de investigação) (DeCuir-Gunby et al., 2010; Kiger e Varpio, 2020). No presente estudo, será utilizada a abordagem indutiva, que “tende a fornecer uma análise mais ampla e expansiva de todo o conjunto de dados” (Kiger e Varpio, 2020: 3).

A codificação é a atribuição de códigos, previamente definidos ou operacionalizados num livro de códigos, aos dados em bruto (DeCuir-Gunby et al., 2010). Através da codificação, os dados são compartmentalizados e estabelecem-se ligações entre ideias e conceitos, permitindo avaliar como estes dados se alinham ou desafiam a teoria orientadora. Os códigos surgiram dos próprios dados, ou seja, há medida que os comentários foram analisados, temas e códigos foram gerados. De forma a garantir consistência na codificação e facilitar uma análise sistemática, foi estruturada uma lista de códigos, com as definições de cada um destes. No Anexo C são apresentados os temas que dão origem aos códigos, utilizados na análise temática dos comentários no Instagram, e respetivas definições.

Estes códigos são mutuamente exclusivos e cada um, na sua totalidade, é associado apenas a um código, pois não está presente mais do que um código no mesmo comentário (são de pequena dimensão e diretos), garantindo uma categorização clara e precisa. Além disso, há comentários que contêm ou são exclusivamente *emojis*. Estes foram definidos recorrendo à Emojipedia que “fornecce uma

lista de todos os *emojis* existentes e o seu significado”¹³. A partir destas definições e o seu contexto (publicação a que o comentário se dirige), é associado o *emoji* a cada código com base no Anexo C, tendo em conta a apropriação por parte dos utilizadores *online*.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. Análise Socio-Semiótica Visual e Teoria do *Framing* nas Imagens

A fim de realizar a análise de forma objetiva, foi feita uma grelha de observação (Anexo B), de acordo com a gramática visual de Kress e van Leeuwen (1996/2006) com base na categorização da análise socio-semiótica de Mota Ribeiro (2010) aliada à teoria do *framing* (Arowolo, 2017; Entman, 1991; Entman, 1993). Esta agregação de perspetivas teóricas permite uma análise mais completa: por um lado, descrever o retrato das imagens, como são apresentados os respetivos elementos e os seus significados e, por outro lado, para que direção o enquadramento, feito pelo jornal, pretende encaminhar a opinião pública.

A imagem escolhida para a primeira publicação do Jornal *Expresso* sobre o tema do assédio na academia é um exemplo de uma imagem de oferta¹⁴, onde é apresentada uma figura feminina sombreada que não estabelece contacto visual direto com o espectador, mantendo-se anónima e distante, o que também simboliza a vulnerabilidade das vítimas de assédio sexual. O ângulo frontal utilizado contribui para o envolvimento emocional do espectador, aproximando-o da temática abordada. A centralização da imagem e composição salienta o anonimato das vítimas e reforça a exposição pública contra a vontade das mesmas, um tema também destacado no texto que acompanha a imagem, presente no Anexo A. O *frame* de interesse humano/personalização¹⁵ enfatiza o trauma e a importância da proteção das vítimas, procurando gerar empatia.

A última publicação em análise do Jornal *Expresso*, sobre o tema do assédio na academia, retrata um grupo de manifestantes num protesto, realizado na Alameda da Cidade Universitária, em Lisboa. Esta é uma imagem de oferta, onde os manifestantes são apresentados ao público sem contacto visual direto. O ângulo frontal da imagem sugere um envolvimento e proximidade dos manifestantes com o espectador. O cartaz “QUEM DIRIA... ASSÉDIO NA ACADEMIA” com tom irónico, em contraste com as expressões sérias dos manifestantes, destaca a hipocrisia associada ao problema do assédio num ambiente que deveria ser seguro. As máscaras, que remetem ao contexto pós-pandémico, reforçam a ideia de proteção contra ameaças invisíveis, como o assédio. Este *frame* é de conflito¹⁶, onde a imagem

¹³ Dicionário de *emojis*, consultado a 7-8-2024: <https://emojipedia.org/meanings>

¹⁴ “Implica que o participante representado seja dado a ver, contemplado pelo visionador” (Mota Ribeiro, 2010: 116).

¹⁵ “Ao apresentar uma história com rosto humano, a personalidade é promovida em detrimento de aspetos mais importantes” (Arowolo, 2017: 2).

¹⁶ “O conflito entre as partes pode ser priorizado, em oposição à decisão efetivamente tomada” (Arowolo, 2017: 2).

apresenta estudantes vs. assédio e a notícia reportada fala sobre mais uma nova medida para o combate deste problema.

Ainda nas publicações do Jornal *Expresso*, mas agora sobre o tema das acusações contra Boaventura de Sousa Santos, a primeira publicação escolheu retratar Susana Peralta, professora da Nova SBE, para discutir as acusações de assédio na academia, especificamente na Universidade de Coimbra. Esta é uma imagem de oferta, onde há uma ausência de contacto visual com o espectador. Adicionalmente, com o ângulo frontal e a expressão séria de Peralta, há uma sugestão para uma abordagem crítica e reflexiva sobre o problema do assédio, deslocando o foco de um indivíduo específico para uma análise mais ampla das falhas estruturais e culturais dentro do ambiente académico. A imagem a preto e branco, combinada com a citação textual, destaca a gravidade e a seriedade do tema. Ainda assim, o *frame* encaixa-se em responsabilidade¹⁷, com Peralta a oferecer uma análise crítica do problema.

Já na última publicação em análise, do mesmo jornal e tema, a imagem apresenta Anália Torres, diretora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género da Universidade de Lisboa, abordando as denúncias contra Boaventura de Sousa Santos. A imagem de Torres sentada, com um olhar direto, reforça a sua posição de autoridade, conhecimento e confiança no debate sobre o assédio sexual. Esta é uma imagem de pedido¹⁸, onde o contacto visual direto estabelece uma conexão íntima com o espectador, convidando-o a refletir sobre o assunto. O ângulo frontal e a proximidade moderada sugerem uma relação de respeito entre ela e o público. O *frame* de responsabilidade é também destacado aqui, com Torres representada como uma especialista.

Passando para o jornal *Público*, sobre o tema de assédio na academia, o carrossel de duas imagens da primeira publicação sobre este tema, é a única relativa a um artigo de opinião. A saliência do título e o logótipo do jornal reforçam a seriedade da opinião expressa. Na primeira imagem pode-se observar o rosto do cronista João Miguel Tavares, que olha diretamente para a câmara. Esta primeira imagem é de pedido e estabelece uma conexão entre o cronista e o espectador. O ângulo frontal e a proximidade na primeira imagem criam uma relação direta e formal, enquanto a segunda imagem é de oferta, não havendo presença de figuras humanas, apenas texto. Nesta, ao usar uma citação que compara a FDUL com Yale e Oxford, usa uma estratégia de associação para sugerir que uma política mais rigorosa poderia ter prevenido incidentes. A primeira imagem adota um *frame* de interesse humano/personalização, enquanto a segunda imagem se encaixa no *frame* de consequência¹⁹, sugerindo que políticas inadequadas levam a problemas de ‘relacionamentos professor-aluno’. Isso influencia a

17 É a “atribuição de responsabilidade, seja por uma causa ou por uma solução” (Arowolo, 2017: 3).

18 “O participante representado pretende que o visionador se envolva numa relação simbólica com ele” (Mota Ribeiro, 2010: 116).

19 “Podem ser muito vastas. A prossecução de uma política pode ser insensata em termos de unidade no âmbito de um partido ou coligção ou em termos do estatuto de uma nação a nível global” (Arowolo, 2017: 2).

opinião pública sobre o que constitui abuso de poder e assédio, pois não se trata de ‘relacionamentos’, reforçando a necessidade de se implementar reformas para evitar futuros incidentes.

Na última publicação do Jornal *Público* sobre assédio na academia, há um grupo de estudantes a segurar um cartaz com a frase “ACADEMIA SEM ASSÉDIO”. Esta é uma imagem de oferta, onde as figuras humanas não estabelecem contacto visual com o espectador. O ângulo contra-picado de baixo sugere força na mensagem transmitida. A imagem simboliza a luta coletiva e urgência por um ambiente académico seguro, com a centralização do cartaz e a seriedade das expressões faciais dos estudantes, maioritariamente mulheres. Assim, a composição da imagem sugere uma mobilização organizada e determinada. Além disso, o *frame* de conflito é novamente evidente, com a imagem a destacar o protesto fortalecendo o descontentamento social.

Ainda no jornal *Público*, mas agora no tema sobre as acusações de assédio sexual contra Boaventura de Sousa Santos, a imagem da primeira publicação é de oferta. Retrata o sociólogo sentado numa poltrona, com ângulo frontal, como figura central dominante e autoritária, com postura relaxada, o que reflete uma atitude de indiferença ou sobranceria em relação às acusações. O texto em baixo, contrasta com a postura de Boaventura, uma citação, dita a uma das denunciantes, em resposta quando a denúncia foi feita: “ele é brilhante, mas infelizmente tem dessas coisas”. A centralização de Boaventura nesta composição, em contraste com o desfoque em torno dele, destaca-o como o cerne da narrativa. A ausência de interação visual com o espectador indica uma relação formal e hierárquica, sublinhando a distância emocional de Boaventura em relação ao público. A imagem está enquadrada no *frame* de moralidade²⁰ e responsabilidade, criando uma narrativa que questiona a credibilidade de uma figura outrora respeitada, influenciando a percepção pública sobre sua conduta ética.

Por fim, na imagem da última publicação do anterior jornal e tema, Boaventura volta a ser retratado sentado, agora numa cadeira de escritório, cercado por livros e a olhar para a câmara. Esta imagem de pedido destaca a figura de Boaventura como um intelectual de relevo e dominante, evidenciada pelo ângulo contra-picado e pela sua postura relaxada que transmite confiança e, talvez, até arrogância, perante as acusações. Isto, em contraste com o texto impactante, reforça a tensão entre a sua autoridade intelectual e as acusações, com a citação em negrito “Tinha-me sequestrada”. A imagem é enquadrada também sob o *frame* de moralidade e responsabilidade, influenciando a percepção de credibilidade e moralidade associada ao retratado.

4.2. Análise Temática dos Comentários

4.2.1. Acusações a Boaventura vs. Assédio na Academia

A análise temática dos comentários publicados nos jornais sobre as acusações contra Boaventura de Sousa Santos e o assédio na academia revela diferenças significativas na maneira como esses dois temas

20 “A cobertura mediática pode frequentemente moralizar, por vezes devido às indiscrições dos atores políticos; ou as políticas alternativas podem ser vistas como moralmente questionáveis” (Arowolo, 2017: 2).

são discutidos, com implicações importantes sobre as dinâmicas de poder, misoginia e sexismo nas conversas públicas.

A primeira observação feita através dos dados do Anexo D, é a discrepância na quantidade de comentários gerados em cada tema. As acusações contra Boaventura de Sousa Santos atraíram a maioria dos comentários (76,9%), em contraste com o tema do assédio na academia, que contém apenas 23,1% dos comentários.

Avaliando os comentários relacionados às acusações contra Boaventura, observou-se uma maior frequência de críticas diretas ao acusado (26,5%) e ofensas ao acusado (4,6%), enquanto nos comentários relacionados com o tema do assédio na academia, essas críticas foram inexistentes e ofensas quase nulas (1,2%). Essa diferença pode ser atribuída ao facto de, por um lado, haver um tema que roda à volta de uma figura específica oferecendo uma identidade como alvo de críticas e, por outro, um tema mais estrutural sobre o assédio na organização que é a academia, sem mencionar nomes de alegados agressores. Logo, encontram-se mais críticas ao acusado onde há, de facto, um acusado a ser apresentado. Ademais, o tema Boaventura suscitou ligeiramente mais críticas à sociedade (18,7%) do que o tema de assédio na academia (15,3%).

Em contrapartida, comentários de crítica à academia estão ligeiramente mais presentes no tema de assédio na academia (10,6%) do que no tema de Boaventura (9,2%). E as críticas ao Governo foram também mais proeminentes no tema do assédio na academia (30,6% vs. 2,1%).

Estes dados, aliados ao conteúdo dos próprios comentários, sugere que o caso de Boaventura é tratado como um problema de caráter individual, com críticas direcionadas ao acusado pelo seu mau caráter e ao seu estatuto, com referências de impunidade por parte da instituição onde trabalha; e o debate sobre assédio na academia é relacionado a questões estruturais e políticas, havendo pedidos de reforma do sistema académico de avaliação, menções sobre os valores da sociedade atual e a configuração patriarcal.

Outro ponto relevante é a prevalência de comentários misóginos. Embora os comentários misóginos tenham sido mais frequentes no contexto das acusações contra Boaventura (62,8%), a frequência relativa de misoginia foi maior no tema do assédio na academia (18,8% em comparação com 9,5% no tema Boaventura).

Os tipos de misoginia e sexismo também variaram entre os temas. Nos comentários sobre assédio na academia, predominam expressões de sexismo hostil, discriminação, e tentativas de desacreditação das denúncias, muitas vezes utilizando *emojis* de riso, sugerindo uma tentativa de ridicularizar as acusações. Esses comentários refletem uma resistência à seriedade das acusações de assédio, tentando banalizar ou minimizar a gravidade da má conduta sexista (Parikh et al., 2019; Zeinert et al., 2021). Além disso, houve uma presença significativa de estratégias como culpabilização da vítima

e *gaslighting*²¹, que servem para inverter a culpa e desestabilizar a credibilidade das vítimas (Parikh et al., 2019).

No contexto das acusações contra Boaventura, além das expressões de sexismo hostil houve também a presença de sexismo benévolos, que, embora menos agressivo, perpetua estereótipos de gênero (Jha e Mamidi, 2017) ao afirmar o que deve ser o papel da mulher (como ser submissa e servir para apaziguar os prazeres do homem). Este tipo de sexismo, juntamente com estratégias de desacreditação da reputação e credibilidade das denunciantes, algumas vezes misturadas com racismo (devido à nacionalidade das denunciantes), indica uma tentativa de proteger a imagem de Boaventura enquanto diminui o valor e a veracidade das acusações contra ele. Além disso, observou-se o uso de técnicas como *slut shaming*²², *mansplaining*²³, e dominância (Parikh et al., 2019). Ademais, também se verificou o uso de emojis de riso, sugerindo uma tentativa de ridicularizar as acusações.

4.2.2. *Expresso* vs. *Público*

A análise destes comentários revela diferenças na natureza e intensidade das discussões em cada jornal, refletindo como os utilizadores interagem em cada perfil de Instagram relativamente aos temas em questão. A partir do Anexo E, observa-se que foram analisados 368 comentários, com o *Público* (n=238) a receber quase o dobro dos comentários do que o *Expresso* (n=130), possivelmente devido ao maior número de seguidores e, consequentemente, maior nível de *engagement*. No entanto, esse volume de comentários não implica necessariamente uma discussão mais diversa ou plural; pelo contrário, pode indicar uma polarização mais acentuada.

Através dos dados do Anexo E, é possível verificar que os comentários de crítica aos acusados foram significativamente mais frequentes no *Público* (31,1%) do que no *Expresso* (0,8%). Além disso, as ofensas contra o acusado estavam também mais presentes no *Público* (5,5%) do que no *Expresso* (0,8%). Essa diferença sugere que os leitores do *Público* estão mais inclinados a expressar desaprovação direta em relação aos acusados, possivelmente devido à maneira como o jornal molda ou contextualiza as notícias (que, ao contrário do *Expresso*, usou a imagem de Boaventura nas duas publicações referentes a este tema), ou à própria composição dos seus leitores. Em contraste, no *Expresso*, essas críticas são quase inexistentes, o que pode refletir uma abordagem mais moderada (tendo em conta a escolha de

21 “Manipulação sexista da vítima através de meios psicológicos para que duvide da sua própria sanidade” (Parikh et al., 2019: 1645).

22 “Comentários inapropriados sobre as mulheres 1) que se desviam das expectativas conservadoras em matéria de sexo ou 2) que se vestem de uma determinada maneira quando isso está relacionado com a disponibilidade sexual” (Parikh et al., 2019: 1645).

23 “Uma mulher que está a ser tratada de forma condescendente por um homem; também se aplica quando um homem dá um conselho ou uma explicação não solicitada a uma mulher relacionada com algo que ela conhece bem e que desaprova” (Parikh et al., 2019: 1645).

retratar duas mulheres a falar direta ou indiretamente das acusações contra Boaventura nas publicações sobre este tema) ou um público menos propenso a envolver-se em críticas ou ofensas diretas.

Apesar de o *Público* ter mais comentários misóginos em números absolutos (24 vs. 19 no *Expresso*), a frequência de misoginia foi, proporcionalmente, maior no *Expresso* (14,6% vs. 10,1% no *Público*). Isso pode indicar que, embora o *Público* atraia um volume maior de comentários, a toxicidade dos comentários no *Expresso* é mais concentrada.

A misoginia nos comentários das publicações analisadas provenientes do jornal *Público* envolveu, frequentemente, a desacreditação das denúncias, culpabilização das vítimas, e um uso notável de *emojis* de riso, que sugere uma tentativa de banalizar ou ridicularizar as acusações (Zeinert et al., 2021). No *Expresso*, embora uma das publicações tenha ficado livre de misoginia (a primeira publicação referente ao assédio na academia), ainda assim, os comentários misóginos presentes são caracterizados por desacreditação, sexismo hostil, e linguagem agressiva (Jha e Mamidi, 2017; Zeinert et al., 2021).

O apoio às vítimas foi ligeiramente mais presente no *Público* (10,9%) do que no *Expresso* (9,2%). Essa diferença, embora pequena, é significativa quando comparada com a presença de misoginia. No *Público*, os comentários de apoio às vítimas foram mais frequentes do que os misóginos (68,4% vs. 55,8%), o que pode sugerir uma base de leitores mais empática ou disposta a defender as vítimas. Já no *Expresso*, a relação é inversa, com mais comentários misóginos (44,2%) do que de apoio às vítimas (31,6%), indicando um ambiente mais hostil para quem tenta defender as denunciantes e as vítimas (Gardiner, 2018; Moloney e Love, 2018).

Ambos os perfis de Instagram dos jornais receberam uma quantidade semelhante de críticas às suas publicações (6,3% no *Público* vs 6,9% no *Expresso*). No *Público*, estes comentários criticam João Miguel Tavares e o uso da palavra ‘relacionamentos’ no seu artigo de opinião, além de expressarem repúdio e descontentamento em relação às citações utilizadas para abordar as acusações contra Boaventura. Alguns utilizadores interpretam incorretamente a citação “Ele é brilhante, mas infelizmente tem dessas coisas” como uma afirmação do jornal, ou consideram que tal citação não deveria ter sido usada para retratar a situação. Já no *Expresso*, os comentários de crítica à publicação são todos dirigidos à entrevista a Susana Peralta, seja pela sua associação ao Bloco de Esquerda, seja por considerarem que a investigadora, ao falar que é da ‘natureza humana’ pessoas abusarem de poder é, de alguma forma, branquear a situação, havendo também acusações de que só o está a fazer pois o acusado é Boaventura (associado também à esquerda). No entanto, o *Expresso* destacou-se no apoio às suas próprias publicações (9,6% vs. 0,4% no *Público*). Isso pode indicar que os leitores do *Expresso* sejam mais propensos a defender o jornal ou a concordar com a forma como os temas são abordados – exceto na publicação que retrata alguém de esquerda, interpretada por alguns como uma defesa de Boaventura, por estar também alinhado com esse posicionamento político, apesar de o jornal ser considerado de “centro-direita” (Garraio et al., 2020)). Em contraste, no *Público* há uma maior tendência para questionar ou criticar o jornalismo e narrativa adotados.

As críticas à academia foram semelhantes entre os dois perfis de Instagram dos jornais (10% no *Expresso* e 9,2% no *Público*). Além disso, nas críticas ao governo, o *Expresso* teve uma presença muito maior de comentários (18,5%) do que no *Público* (3,4%) (a última publicação do *Expresso* sobre o tema de assédio na academia pode ter peso nestes dados sendo que usa uma citação da então ministra de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, a falar da criação de um grupo de trabalho com elementos do governo em funções na altura, do Partido Socialista, e o *Expresso* “é um jornal (...) de centro-direita” (Garraio et al., 2020)). Em termos de críticas à sociedade, apesar de ambos os perfis de jornais receberem o mesmo número de comentários, o *Expresso* teve uma frequência relativa maior (25,4% vs. 13,9% no *Público*).

Desta forma, podemos averiguar que o Instagram do *Público* atraiu mais comentários em volume (o que pode ser explicado pelo maior número de seguidores) e diversidade de temas, com uma forte presença de críticas aos acusados e apoio às vítimas, o que pode ser influenciado pela escolha do jornal em retratar diretamente Boaventura de Sousa Santos nas publicações relativas a este tema e usar citações das denúncias. Esse comportamento pode estar alinhado com o estatuto editorial do *Público*²⁴, que enfatiza a independência e a participação ativa no debate das grandes questões da sociedade, o que pode fomentar a audiência mais inclinada a expressar opiniões críticas e diversificadas.

Por outro lado, o perfil de Instagram do *Expresso*, apesar de ter presente um menor volume de comentários, apresenta uma concentração maior de misoginia proporcional e críticas ao governo e à sociedade. O facto de o *Expresso* ser associado ao centro-direita pode atrair utilizadores mais críticos em relação às políticas públicas e às decisões governamentais de esquerda (o Partido Socialista encontrava-se em funções quando as publicações foram feitas). Ademais, pode ser reflexo da abordagem editorial do *Expresso*²⁵, que valoriza a independência em relação a todos os poderes, incluindo uma postura crítica e coerente que se opõe às limitações da liberdade de expressão. A escolha de não retratar diretamente Boaventura e de dar enfoque a figuras femininas nas publicações sobre as acusações contra ele pode indicar uma abordagem mais moderada e reflexiva que, no entanto, também parece atrair um público mais politicamente envolvido, devido ao volume de críticas contra o Governo, sociedade e academia, mas simultaneamente mais propenso a discursos tóxicos.

4.2.3. Evolução dos Comentários nas Publicações

A análise dos comentários nas publicações revela como as reações do público evoluíram ao longo do tempo em relação ao assédio na academia e às acusações contra Boaventura de Sousa Santos. Com base na Anexo F e G, verificamos que essa evolução é marcada por mudanças no volume de comentários, na presença de misoginia, no apoio às vítimas e nas críticas direcionadas a diferentes entidades como a Academia, o Governo e a Sociedade.

24 Acedido a 1-9-2024 <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>

25 Acedido a 1-9-2024 <https://expresso.pt/sobre/estatuto-editorial/2020-01-20-estatuto-editorial-3c79f4ec>

No *Expresso*, relativamente ao tema de assédio na academia, houve um aumento notável no número de comentários recolhidos da primeira para a última publicação, evoluindo de 10 para 44 comentários, o que pode indicar um aumento do interesse ou da controvérsia à medida que a narrativa se desenrolava. Contrariamente, no *Público*, o interesse parece ter diminuído, com o número de comentários a cair de 21 para 10.

Os comentários misóginos cresceram em ambos os jornais, com o *Expresso* a registar um aumento de zero para 12 e o *Público* de um para três. Esse aumento pode refletir uma maior polarização e hostilidade nas discussões à medida que o tema ganhava mais visibilidade. No entanto, enquanto os comentários misóginos aumentaram, no *Expresso* também houve um crescimento paralelo no apoio às vítimas, de zero para 12 comentários, sugerindo uma dualidade nas reações do público. No *Público*, no entanto, o apoio às vítimas diminuiu de seis (6) para dois (2) comentários, o que pode indicar uma mudança na percepção ou no foco das discussões entre os utilizadores, possivelmente refletindo um desinteresse ou uma mudança na narrativa pública.

Ainda no tema de assédio na academia, as críticas à mesma verificam-se apenas no *Público*, onde diminuíram de sete para dois comentários. Essa redução pode sinalizar uma diminuição do foco nas instituições académicas como culpadas diretas, tendo em conta o conteúdo dos comentários, à medida que a narrativa se desenvolveu ou a maneira como o *Público* retratou a notícia na publicação. No *Expresso*, o foco deslocou-se para críticas ao Governo, com um aumento significativo de dois (2) para 21 comentários, enquanto no *Público*, as críticas ao Governo aumentaram de forma menos pronunciada, de um (1) para dois (2). Esse padrão realça o mencionado anteriormente sobre a última publicação do *Expresso*, onde é usada uma citação da ministra de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em funções na altura, Elvira Fortunato, a anunciar a criação de um grupo de trabalho com elementos do Governo na altura em que a publicação foi feita, quando o Partido Socialista estava em funções.

No caso das acusações contra Boaventura de Sousa Santos, apesar de ter um volume maior de comentários em geral, ambos os jornais apresentaram uma diminuição significativa da primeira para a última publicação, o que pode indicar um maior impacto da polémica, mas seguida de uma perda de interesse do público ou uma saturação do tema. O *Expresso* viu os comentários caírem de 61 para 15, enquanto o *Público* passou de 125 para 82. Apesar dessa diminuição geral, o *Público* continuou a ter um volume maior de participação, o que pode ser atribuído ao seu maior número de seguidores ou ao interesse contínuo dos utilizadores no tema. Aqui, pode-se também associar a escolha de retratar Boaventura nas publicações, e a escolha de citações controversas, aos dados observados.

Os comentários misóginos seguiram direções opostas nos dois jornais: no *Expresso*, diminuíram de 12 para cinco (5), enquanto no *Público* aumentaram de sete (7) para 13. Isso pode refletir um ambiente de discussão mais tóxico no *Público* à medida que o tempo passou, enquanto no *Expresso* houve uma aparente moderação ou desinteresse pelo tema. Em termos de apoio às vítimas, a resposta dos utilizadores manteve-se estável no *Público* (nove comentários em ambas as publicações), enquanto no

Expresso houve um pequeno aumento de três (3) para quatro (4), indicando uma leve persistência de apoio à medida que a controvérsia se desenvolveu.

As críticas aos acusados diminuíram no *Público*, de 46 para 28, o que pode indicar uma redução no fervor inicial ou uma mudança no foco dos comentários. No *Expresso*, no entanto, houve um aumento leve, de zero para um (1), sinalizando um possível aumento tardio na crítica ao acusado específico, Boaventura de Sousa Santos. As ofensas contra os acusados seguiram com uma redução no *Público* (de 20 para 11) e total ausência no *Expresso*.

Nos comentários direcionados às publicações dos jornais, o *Expresso* foi o único a receber comentários de apoio à publicação, presentes apenas na primeira (nove (9) comentários), e também críticas contra a publicação que diminuíram de oito (8) comentários na primeira para um (1) na última publicação. No *Público*, as críticas foram registadas apenas na primeira publicação (12 comentários), mostrando uma evolução inversa em relação ao *Expresso*.

Ao longo do tempo, os comentários misóginos evoluíram em tom e intensidade. Nas primeiras publicações, a misoginia era marcada por desacreditação das denúncias, culpabilização das vítimas, e estereótipos que colocavam as mulheres como manipuladoras ou como figuras subservientes (Chetty e Alathur, 2018; Jha e Mamidi, 2017). Nas últimas publicações, o tom tornou-se mais agressivo, com aumento de *emojis* de riso, ridicularização das denúncias, banalização dos atos de assédio, e a introdução de elementos racistas misturados com sexism (o facto de o *Público* mencionar a nacionalidade argentina de uma das denunciantes no caso de Boaventura, na última publicação, pode influenciar esta introdução de comentários de teor racista (Gardiner, 2018)).

É importante destacar que as primeiras publicações sobre assédio na academia ocorreram em 2022, num período marcado pelo início da guerra na Ucrânia, pelo que não foram feitas muitas publicações sobre as notícias de assédio na academia (duas (2), incluindo a recolhida, sobre notícias no *Expresso*; uma (1) sobre notícias e uma (1), recolhida, sobre o artigo de opinião no *Público*) o que pode ter divergido a atenção do público. Um ano depois, em 2023, com a controvérsia que envolveu Boaventura de Sousa Santos, os jornais voltaram a publicar sobre o estado das denúncias nas universidades (no *Expresso*, apenas as duas (2) publicações recolhidas falavam indiretamente sobre o sociólogo, com outras três (3) publicações a falar sobre atualizações nos casos de assédio em várias instituições de ensino, incluindo a segunda publicação recolhida sobre assédio na academia; no *Público*, apenas as duas (2) publicações recolhidas falam diretamente sobre Boaventura). Este contexto temporal é crucial para entender a evolução das reações das audiências, com um aumento da polarização e da hostilidade nos comentários, especialmente no que se refere à misoginia.

4.3. Discussão

A questão da investigação “*Qual o retrato do discurso misógino nos comentários do Instagram em publicações de notícias sobre o assédio na academia e como é que estas são representadas nos jornais Públíco e Expresso?*” e os objetivos desta dissertação podem ser respondidos com base nos resultados

da análise temática e sócio-semiótica aliada à teoria do *framing* das publicações e comentários dos jornais *Público* e *Expresso*.

Como são apresentadas as notícias, referentes ao assédio na academia, nos Instagram dos jornais selecionados?

- *Essa apresentação influencia o discurso misógino nos comentários dos jornais selecionados?*

As publicações analisadas são retratadas de forma distinta nos Instagram dos jornais *Público* e *Expresso*, refletindo as suas estratégias visuais e textuais. A forma como estas publicações se apresentam e a presença de discurso misógino nos comentários salientam consonâncias pertinentes.

No jornal *Público*, a abordagem é mais direta e personalizada, especialmente nas publicações que retratam figuras diretamente associadas aos casos, como Boaventura de Sousa Santos. A escolha de usar a sua imagem nas publicações sobre as acusações de assédio sexual contribui para uma representação mais centrada em figuras específicas (e de maior relevo, pois em nenhuma foi retratada Bruno Sena Martins, que foi acusado em conjunto), o que particulariza as críticas diretas ao acusado e intensifica a polarização do debate, nomeadamente, o discurso misógino. O *Público* também utiliza títulos e citações impactantes, como a frase “Ele é brilhante, mas infelizmente tem dessas coisas”, que despoletou revolta para com o próprio jornal, por ter escolhido esta citação e porque alguns utilizadores julgaram ser uma afirmação do *Público* e não uma citação. Adicionalmente, com a frase “Ele tinha-me sequestrada” na outra publicação sobre o mesmo tema, verificou-se que ambas provocaram uma reação mais emocional por parte dos utilizadores. Isso reflete a teoria do *framing*, na qual o enquadramento de responsabilidade e moralidade pode intensificar reações emocionais e de contraposição (Entman, 1991). Esta última publicação, seguida de “Ativista argentina acusa Boaventura de Sousa Santos de agressão sexual”, com o nome do sociólogo sublinhado a vermelho, acresce nos comentários misóginos presença de racismo devido à nacionalidade da denunciante (Gardiner, 2018; Viaene et al., 2023). Aqui, é importante realçar que foi a única publicação das oito totais analisadas, onde houve comentários (três) de defesa do acusado, apelando à justiça e acusando as denunciantes de quererem difamar o sociólogo.

Ademais, o texto escolhido para retratar o artigo de opinião no *Público* sobre o tema de assédio na academia, dirige-se a abuso de poder e assédio, de forma comparativa com outras universidades, como ‘relacionamentos’. Nos comentários, isto reflete-se em críticas ao cronista. A última publicação do jornal *Público* sobre o mesmo tema é comparativamente a mais sóbria, sem frases impactantes e que apenas retrata um grupo de manifestantes com o cartaz “ACADEMIA SEM ASSÉDIO”, onde é possível verificar a discrepância de comentários recolhidos, 10 no total, quando a média do *Público* é 59,5. (É importante relembrar que a totalidade de comentários desta publicação é de 112 (ver Anexo A), porém o *software* apenas recolheu 10 devido a limitações ou por serem respostas a comentários, o que pode refletir um debate aceso entre utilizadores. Contudo, as temáticas aqui envolvidas encontram-se fora do escopo de amostra deste estudo).

A narrativa visual e textual verificada no jornal *Público* personaliza o debate e parece atrair a manifestação de discursos misóginos, como desacreditação das vítimas, culpabilização e sexismo hostil (Moloney e Love, 2018; Watson et al., 2019). Verifica-se através dos comentários que a estratégia de personalização ao focar no indivíduo tende a estimular reações mais intensas e defensivas. Isto contribui para criar uma narrativa que estimula discussões nas caixas de comentários – o que é vantajoso para o *engagement* do jornal –, mas também favorece a perpetuação da misoginia *online*, devido à pouca moderação na plataforma e à sensação de anonimato que esta oferece aos utilizadores (Gardiner, 2018; McCarthy, 2021).

Já o *Expresso* opta por uma abordagem mais moderada. Nas suas publicações, o foco é desviado das figuras acusadas para as vítimas ou especialistas que comentam o problema. Em vez de destacar Boaventura de Sousa Santos, o *Expresso* escolheu retratar no Instagram figuras como Susana Peralta e Anália Torres, oferecendo um tom mais analítico e reflexivo. Isto suavizou a crítica direta ao acusado, mas concentrou a misoginia em comentários que atacam as vítimas de maneira benévolas e sexista (Jha e Mamidi, 2017). Chega a haver também presença de quatro (4) comentários de crítica à publicação, diretamente contra Peralta e o seu posicionamento político, de esquerda, e um (1) comentário misógino contra a investigadora pois esta, apesar de ser apresentada apenas como uma figura crítica do abuso de poder na academia, como é retratada na imagem, foi associada como sendo uma das vítimas assediadas e, portanto, atacada (Gardiner, 2018; Watson et al., 2019). É também importante referir que as publicações analisadas no *Expresso* sobre Boaventura foram as únicas relativas às acusações ao sociólogo e ambas foram divulgadas no mesmo dia, o que demonstra uma menor exposição do tema. O jornal não deu tanta visibilidade ao caso, nem o abordou de forma tão direta como o jornal *Público*.

O jornal *Expresso* utiliza imagens que remetem à análise crítica do tema e evita o sensacionalismo, focando em questões estruturais do assédio na academia (ou desviando a opinião pública dos acusados). Ademais, as publicações deste jornal são acompanhadas por textos que destacam medidas institucionais ou discussões de políticas para combater o assédio, como a criação de grupos de trabalho, com um enquadramento mais objetivo.

Na primeira publicação sobre o tema de assédio na academia, o retrato e premissa foi a crítica à conduta de meios de comunicação, devido à “partilha massiva por WhatsApp dos registos áudio “descriptados” de testemunhos dados sob anonimato pelas alegadas vítimas de assédio na Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, à TVI e RTP”, retratando uma figura feminina anonimizada com um *frame* que procura sensibilizar a audiência. O reflexo nos comentários foi de críticas ao Governo e, em maior número, à sociedade, sem nenhuma presença de comentários contra a academia nem comentários misóginos, mas também sem nenhum apoio às vítimas. Na segunda publicação sobre o mesmo tema, a escolha de uma imagem com um grupo de manifestantes a segurar um cartaz com uma frase irónica, “QUEM DIRIA... ASSÉDIO NA ACADEMIA”, remete para uma crítica à hipocrisia das instituições e envolvidos. Tendo em conta que a notícia se refere ao grupo de trabalho anunciado pela ministra da Ciência e do Ensino Superior em funções, Elvira Fortunato, esta narrativa visual transmite

uma crítica à postura dos responsáveis por estas instituições académicas e ao Governo, o que se reflete nos comentários. Na totalidade das oito publicações analisadas, esta é a que tem mais presença de críticas ao Governo (21 comentários recolhidos, quando a média é quatro (4)), incluindo, especificamente, críticas ao Partido Socialista que se encontrava em funções na altura. Além disso, esta publicação também detém comentários misóginos diretamente ligados à citação da ministra retratada na imagem, “Podem estar a ser vítimas e não o saberem”. Verifica-se ligação com um grande volume de comentários a escarnecer e distorcer a citação com afirmações sexistas, a ridicularizar as denúncias, a culpabilizar as vítimas e a desculpar a má conduta.

Através destas narrativas visuais e textuais, o *Expresso* adota uma postura mais analítica comparativamente ao *Público*, o que contribui para um discurso menos emotivo. Embora ainda haja comentários misóginos, a proporção é menor em comparação com o *Público* e o discurso tende a ser mais centrado em críticas às instituições e à sociedade, refletindo a abordagem mais estruturada e menos personalizada do jornal.

Este fenómeno reflete a influência das representações visuais nos media, sugerindo que as imagens podem reforçar ou desafiar estereótipos de género e moldar a percepção pública (Cerqueira, 2023; Mota Ribeiro, 2010; Vreese e Boomgaarden, 2003).

Qual a ordem cronológica (1^a ou última) de publicação de notícias, referente ao assédio na academia, que motiva uma maior quantidade de discurso misógino nos comentários dos jornais selecionados?

A análise dos comentários revela que há diferenças significativas na ordem cronológica das publicações tendo em conta a quantidade de discurso misógino nos comentários dos jornais selecionados, tanto no *Público* quanto no *Expresso*. No entanto, apesar das primeiras publicações, na sua maioria, apresentarem uma maior quantidade de comentários, o resultado é que as últimas publicações é que contém mais discurso misógino.

No caso do *Público*, as últimas publicações sobre as acusações a Boaventura de Sousa Santos presenciam um volume maior de comentários na sua totalidade e, consequentemente, discurso misógino, mas, como observado no Anexo G, este encontra-se diluído com outros temas de maior relevo (como críticas contra o acusado e contra a sociedade). Além disso, em termos relativos, como apresentado no Anexo G, é na última publicação sobre o tema de assédio na academia, que se encontra uma maior concentração de comentários misóginos.

Da mesma forma, no *Expresso*, é nas últimas publicações que também se encontram mais comentários com discurso misógino, mas no tema de assédio na academia do que no tema de Boaventura de Sousa Santos. É preciso ter em conta que as duas publicações sobre as acusações contra o sociólogo foram feitas no mesmo dia, apenas com algumas horas de distância.

As últimas publicações, tanto no *Público* como no *Expresso*, apresentam uma maior quantidade de discurso misógino. Isso pode ser explicado pela maior visibilidade que o tema ganhou ao longo do tempo (em análise está um período de cerca 1 ano), com as controvérsias em torno das acusações de

Boaventura de Sousa Santos, em 2023. Foi apenas após essas publicações que o tema, que se voltou a ser abordado, como uma continuação do desenvolvimento de um problema que tinha surgido em 2022, mas que, à época, acabou por ficar ofuscado pelas notícias e publicações sobre a Guerra na Ucrânia. Esta evolução pode ter contribuído para uma intensificação dos debates e, consequentemente, para uma maior proliferação de discursos hostis, pois verifica-se uma intensificação do discurso de ódio *online* em torno de figuras públicas e temas sensíveis à medida que o debate público cresce e se polariza (Cerqueira et al., 2023; Garraio et al., 2020; Silveirinha et al., 2019).

Qual dos Instagram dos jornais selecionados contém mais discurso misógino nos comentários das notícias selecionadas referentes ao assédio na academia?

O *Expresso* apresentou uma maior concentração proporcional de discurso misógino em comparação com o *Público* (14,6% vs. 10,1%). Isso sugere que, embora o *Público* tenha atraído um volume maior de comentários (55,8% vs. 44,2% do *Expresso*), a toxicidade dos comentários no *Expresso* foi mais evidente, refletindo uma base de utilizadores que interagem com o perfil deste jornal potencialmente mais reacionários em relação às denúncias de assédio. A maior presença relativa de críticas ao Governo, Sociedade, Academia e até críticas à publicação no *Expresso* também pode ter influenciado esse ambiente mais hostil, sendo que no *Público*, a maior diversidade de vozes e opiniões pode ter contribuído para um equilíbrio entre misoginia (10,1%) e apoio às vítimas (10,9%) (com apenas as críticas contra o acusado a ser o maior *outlier* (31,1%) e contra a Sociedade ser ligeiramente superior (13,9%) do que o apoio às vítimas).

A análise da interação nas RSO, especificamente no Instagram, permite entender melhor os resultados tanto da análise sócio-semiótica quanto da análise temática dos comentários devido às características próprias desta plataforma. O Instagram, centrado em conteúdo visual e interativo, facilita a criação de narrativas envolventes através de publicações que combinam texto e imagem, o que afeta diretamente a forma como o público reage e interage com essas narrativas (Kaplan e Haenlein, 2010; Safko e Brake 2009).

Assim, o formato do Instagram e a sua estrutura algorítmica – que privilegia conteúdos visuais e interações rápidas – contribuem para a amplificação de discursos polarizadores e emocionais, enquanto influenciam a forma como os utilizadores percebem e discutem temas polémicos (Kaplan e Haenlein, 2010; Sheldon e Bryant, 2016), como o assédio sexual e acusações a figuras públicas. Isso corrobora a noção de que a plataforma não apenas facilita a disseminação de conteúdo noticioso, como também molda o discurso público em torno dessas questões (Bossio, 2021; Civila e Lugo-Ocando, 2024; Sixto-García et al., 2021).

Conforme explorado na revisão da literatura, as plataformas de RSO, como o Instagram podem amplificar discursos hostis, facilitando a disseminação de misoginia devido ao anonimato e à natureza interativa (McCarthy, 2021; Ging e Siapera, 2018; Lewis et al., 2016). A análise temática evidenciou que o discurso misógino manifestou-se mais através de desacreditação, ridicularização e culpabilização

das vítimas, confirmando as observações de estudos prévios sobre a proliferação da misoginia na arena digital.

Os resultados também deixam transparecer o que foi explanado sobre o movimento #MeToo na literatura. Apesar de se categorizar já duas fases do #MeToo em Portugal, a reação nos comentários reflete resistência cultural e negação da gravidade das acusações de assédio (Cerqueira et al., 2023; Garraio et al., 2020; Roqueta-Fernández e Caldeira, 2023; Silveirinha et al., 2019). Embora o #MeToo tenha motivado muitas vítimas a denunciar, como no ambiente académico, a resposta pública, especialmente *online*, variou entre apoio às vítimas e hostilidade.

CONCLUSÃO

A presente dissertação centrou-se na análise do discurso misógino presente nos comentários do Instagram em publicações de notícias sobre o assédio na academia, especificamente nos perfis dos jornais *Público* e *Expresso*. A questão de investigação procurou compreender como essas publicações noticiosas são representadas nas RSO e como influenciam o discurso dos utilizadores, em especial a prevalência de misoginia. Através dos objetivos definidos, foi possível analisar como a apresentação das notícias afeta a natureza dos comentários e identificar quais publicações reuniam maior volume de discursos de ódio contra as mulheres. Assim, concluiu-se que a forma como os jornais enquadram o tema do assédio na academia, desde a escolha de imagens e texto à cronologia das publicações, desempenha um papel significativo na interação e nos tipos de discurso manifestados.

Contudo, é importante ressalvar algumas limitações deste estudo. A recolha dos dados foi limitada pela utilização de ferramentas de extração automatizada, que não permitiram captar respostas a comentários nem identificar o género dos utilizadores onde o contexto de quem realiza os comentários pode ser relevante para interpretar os padrões de discurso, o que restringe a profundidade da análise. Outra limitação significativa está relacionada ao contexto algorítmico das plataformas digitais. O Instagram utiliza algoritmos para ordenar e promover certos tipos de conteúdos, o que pode afetar a visibilidade de determinadas publicações e, consequentemente, influenciar os tipos de comentários recebidos. Esta dinâmica algorítmica, no entanto, não pôde ser controlada ou medida no estudo, deixando uma lacuna na compreensão de como a própria plataforma pode influenciar as interações dos utilizadores. Além disso, a natureza da amostra, composta por apenas oito publicações de dois jornais, limita a generalização dos resultados. Embora essas publicações tenham sido selecionadas para fornecer uma visão representativa dos debates sobre assédio na academia, a análise de um número maior de publicações ou a inclusão de outros jornais poderia trazer uma maior diversidade de opiniões e discursos, enriquecendo a análise. Essas limitações mostram que, apesar de o estudo ter fornecido uma base sólida para a análise do discurso misógino, existem lacunas que poderiam ser preenchidas por abordagens metodológicas mais amplas.

A recolha de dados proporcionou um *corpus* empírico relevante, permitindo conclusões importantes sobre a interação entre os meios de comunicação e o público no contexto digital. A análise

revelou que a apresentação das notícias influencia diretamente as reações dos utilizadores, contribuindo para a perpetuação de discursos de ódio. Estes resultados sublinham a importância da responsabilidade dos meios de comunicação na forma como abordam temas sensíveis, como o assédio na academia, pois o enquadramento dado e as narrativas visuais e textuais escolhidas pode amplificar ou reduzir a disseminação de comentários misóginos.

Para futuras aproximações ao estudo, teria sido interessante incluir uma análise mais detalhada ao próprio algoritmo do Instagram, investigando como, mesmo com políticas (apesar de pouco específicas nos termos e condições) contra o discurso de ódio e misoginia, esta plataforma ainda apresenta comentários misóginos em quantidades significativas. Um estudo que denunciasse todos os comentários identificados como misóginos, para observar as ações tomadas pela plataforma – se os eliminaria ou não – poderia oferecer *insights* valiosos sobre a eficácia dos mecanismos de moderação. Além disso, uma análise mais abrangente envolvendo uma maior quantidade de publicações e variados temas ou polémicas, sem as limitações impostas pelo *software* utilizado, captando todas as respostas e gostos em comentários, poderia fornecer uma visão mais completa das dinâmicas de interação entre os utilizadores e permitir uma compreensão mais profunda de como o discurso de ódio se dissemina e é reforçado. Assim, esta dissertação abre portas para investigações futuras que podem contribuir ainda mais para o combate à misoginia *online* e para o desenvolvimento de soluções eficazes nas RSO.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, S. (2019). Complaint as Feminist Pedagogy. In *Sex and Power in the University* (pp. 15–25).
- Al-Rawi, A., Al-Musalli, A., & Fakida, A. (2021). News Values on Instagram: A Comparative Study of International News. *Journalism and Media*, 2(2), 305–320. <https://doi.org/10.3390/journalmedia2020018>
- Álvares, C. (2017a). Mediatising the radical: the implied audience in Islamic State propaganda videos. *Digitale Medien Und Politisch-Weltanschaulicher Extremismus Im Jugendalter: Erkenntnisse Aus Wissenschaft Und Praxis*, 39–58. <https://doi.org/978-3-86379-260-2>
- Álvares, C. (2017b). Pós-feminismo, misoginia online e a despolitização do privado. *Media & Jornalismo*, 17(30), 99–110. https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_7
- Álvares, C. (2023). Chapter 2 - From Street to Screen: On the Right to Public Space in the Age of Algorithms. In *Gender Violence, Social Media, and Online Environments: When the Virtual Becomes Real* (pp. 19–36). Routledge.
- Álvares, C., Poulakidakos, S., Coutinho, A., Giannouli, I., Veneti, A., & Armenakis, A. (2022). Campaigning for Europe “After” the Economic “Crisis”: The Cases of Greece and Portugal. *The 2019 European Electoral Campaign*, 303–320. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98993-4_16
- Álvares, C., & Veríssimo , I. (2016). Chapter 11: PORTUGAL - Practice What you Preach: Deconstructing Gender Equality in Portuguese media. In *Gender Equality and the Media: A Challenge for Europe*. (pp. 157–170). Routledge.
- Amnesty International. (2017, novembro 20). Amnesty reveals alarming impact of online abuse against women. Amnesty International. <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2017/11/amnesty-reveals-alarming-impact-of-online-abuse-against-women/>
- Arowolo, S. O. (2017, março). UNDERSTANDING FRAMING THEORY. ResearchGate. https://www.researchgate.net/publication/317841096_UNDERSTANDING_FRAMING THEORY
- Barker, K., & Jurasz, O. (2019). ONLINE MISOGYNY: A CHALLENGE FOR DIGITAL FEMINISM? *Journal of International Affairs*, 72(2), 95–114. <https://www.jstor.org/stable/26760834>
- Boczkowski, P., Mitchelstein, E., & Matassi, M. (2017). Incidental News: How Young People Consume News on Social Media. In scholarspace.manoa.hawaii.edu. ScholarSpace. <https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/items/922ba71b-203a-4538-8df8-257c3bab3c44>
- Bossio, D. (2021). Journalists on Instagram: Presenting Professional Identity and Role on Image-focused Social Media. *Journalism Practice*, 17(8), 1–17. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.2001359>
- Bou-Franch, P., & Pilar Garcés-Conejos Blitvich. (2016). Gender ideology and social identity processes in online language aggression against women. *Benjamins Current Topics*, 116, 59–81. <https://doi.org/10.1075/bct.86.03bou>
- Boyd, D. M., & Ellison, N. B. (2007). Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 210–230. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- Brake, D., Gammelby, A., Heise, N., Henriksen, A., Hongladarom, S., Jobin, A., Kinder-Kurlanda, K., Lim, S., Locatelli, E., Markham, A., Reilly, P., & Tiidenberg, K. (2019). Internet research: ethical guidelines 3.0 association of Internet researchers. Association of Internet Researchers. <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Calogero, R. M. (2012, May 14). Objectification theory, self-objectification, and body image (T. Cash, Ed.). Kar.kent.ac.uk; Academic Press. <https://kar.kent.ac.uk/33425/>
- Câncio, F. (2022, abril 3). 10% dos docentes da Faculdade de Direito da ULisboa denunciados por assédio e discriminação. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/10-dos-docentes-da-faculdade-de-direito-da-ul-denunciados-por-assedio-e-discriminacao-14740133.html/>
- Câncio, F. (2023a, abril 11). “Todas sabemos”. Boaventura Sousa Santos entre acusados de assédio no CES. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/todas-sabemos-boaventura-sousa-santos-entre-os-acusados-de-assedio-no-cesuniversidade-de-coimbra--16160057.html/>
- Câncio, F. (2023b, abril 23). “É necessário um inquérito nacional sobre assédio sexual no meio académico.” *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/e-necessario-um-inquerito-nacional-sobre-assedio-sexual-no-meio-academico-16228189.html/>
- Cardoso, G., Baldi, V., Couraceiro, P., Paisana, M., Vasconcelos, A., & Barros, C. (2022a). Estado dos Media Noticiosos em Portugal – 2022 – Obercom. OberCom; OberCom – Observatório da Comunicação. <https://obercom.pt/estado-dos-media-noticiosos-em-portugal-2022/>
- Cardoso, G., Baldi, V., Couraceiro, P., Vasconcelos, A., & Paisana, M. (2023a). Retrato digital de Portugal. OberCom – Observatório da Comunicação. https://obercom.pt/wp-content/uploads/2023/09/Retrato_redes_sociais_2023_FINAL6Set.pdf
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2022b). Digital News Report Portugal 2022. OberCom – Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2023b). Digital News Report Portugal 2023. OberCom – Observatório da Comunicação.
- Castells, M. (1996). *The information age : economy, society, and culture*. 1, The rise of the network society (Vol. 1). Wiley-Blackwell, Cop.
- Cerqueira, C., Célia Taborda, & Ana Sofia Pereira. (2023). #MeToo em Portugal: uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. *Cuadernos.info*, 55, 1–21. <https://doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Chetty, N., & Alathur, S. (2018). Hate speech review in the context of online social networks. *Aggression and Violent Behavior*, 40(1359-1789), 108–118. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.05.003>
- Chiril, P., Moriceau, V., Benamara, F., Mari, A., Origgi, G., & Coulomb-Gully, M. (2020). c European Language Resources Association (ELRA), licensed under CC (pp. 11–16). <https://aclanthology.org/2020.lrec-1.175.pdf>
- Civila, S., e Lugo-Ocando, J. A. (2024). News Framing and Platform Affordances in Social Media. *Journalism Practice*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/17512786.2024.2319249>
- Cruz, D., & Matos Silva, S. (2024, junho 17). A luta contra o assédio: movimentos estudantis fazem frente à “inérgia” das instituições. Gerador. <https://gerador.eu/abuso-de-poder-no-ensino-superior-em-portugal/a-luta-contra-o-assedio-movimentos-estudantis-fazem-frente-a-inergia-das-instituicoes/>

- Dafaure, M. (2022). Memes, trolls and the manosphere: mapping the manifold expressions of antifeminism and misogyny online. *European Journal of English Studies*, 26(2), 236–254. <https://doi.org/10.1080/13825577.2022.2091299>
- DeCuir-Gunby, J. T., Marshall, P. L., & McCulloch, A. W. (2010). Developing and Using a Codebook for the Analysis of Interview Data: An Example from a Professional Development Research Project. *Field Methods*, 23(2), 136–155. <https://doi.org/10.1177/1525822x10388468>
- Edwards, D. (2023). “No, you’re not doing your research today. This is us spending some nice time together.” In *Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University*. London: Routledge.
- Egan, S., & Mikitas, N. (2023). Developing Ethical Pedagogical Practices. In *Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University*. London: Routledge.
- Entman, R. M. (1991). Framing U.S. Coverage of International News: Contrasts in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents. *Journal of Communication*, 41(4), 6–27.
- Entman, R. M. (1993). Framing: toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- European Commission. (2021). Ethics in Social Science and Humanities. https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/horizon/guidance/ethics-in-social-science-and-humanities_he_en.pdf
- Expresso. (2020, junho 16). Expresso é o jornal em que os portugueses mais confiam. Expresso. <https://expresso.pt/iniciativasprodutos/2020-06-16-Expresso-e-o-jornal-em-que-os-portugueses-mais-confiam>
- Fiesler, C., & Proferes, N. (2018). “Participant” Perceptions of Twitter Research Ethics. *Social Media + Society*, 4(1). <https://doi.org/10.1177/2056305118763366>
- Gardiner, B. (2018). “It’s a terrible way to go to work:” what 70 million readers’ comments on the Guardian revealed about hostility to women and minorities online. *Feminist Media Studies*, 18(4), 592–608. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447334>
- Garraio, J., Santos, S. J., Amaral, I., & de Sousa Carvalho, A. (2020, março 10). The Unimaginable Rapist and the Backlash Against #MeToo in Portugal. www.europenowjournal.org/2020/03/09/the-unimaginable-rapist-and-the-backlash-against-metoo-in-portugal/
- Ging, D. (2017). Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. *Men and Masculinities*, 22(4), 638–657. <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Ging, D., & Siapera, E. (2018). Special issue on online misogyny. *Feminist Media Studies*, 18(4), 515–524. <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491–512.
- Guest, E., Vidgen, B., Mittos, A., Sastry, N., Tyson, G., & Margetts, H. (2021). An Expert Annotated Dataset for the Detection of Online Misogyny. *Proceedings of the 16th Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics: Main Volume*, 1336–1350. <https://doi.org/10.18653/v1/2021.eacl-main.114>

Guest, G., Macqueen, K., & Namey, E. (2012). Introduction to Applied Thematic Analysis In: Applied Thematic Analysis Introduction to Applied Thematic Analysis. SAGE Research Methods, 3(20). <https://doi.org/10.4135/9781483384436>

Hackman, C. L., Pember, S. E., Wilkerson, A. H., Burton, W., & Usdan, S. L. (2017). Slut-shaming and victim-blaming: a qualitative investigation of undergraduate students' perceptions of sexual violence. *Sex Education*, 17(6), 697–711. <https://doi.org/10.1080/14681811.2017.1362332>

Hase, V., Boczek, K., & Scharkow, M. (2022). Adapting to affordances and audiences? A cross-platform, multi-modal analysis of the platformization of news on Facebook, Instagram, Tiktok, and Twitter. *Digital Journalism*, 11(8), 1–22. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2128389>

Hohenstein, S., & Herding, M. (2017). Digitale Medien und politisch-weltanschaulicher Extremismus im Jugendalter: Erkenntnisse aus Wissenschaft und Praxis. 39–54.

Horta, B. (2024, março 16). Assédio na Faculdade de Direito. “Explosão” de queixas terá incluído “exageros”, admite diretor. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/7603258777/assedio-na-faculdade-de-direito-explosao-de-queixas-tera-incluido-exageros-admite-diretor/>

Hu, Y., Manikonda, L., & Kambhampati, S. (2014). What We Instagram: A First Analysis of Instagram Photo Content and User Types. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, 8(1). <https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/14578>

Instagram. (n.d.). ENTENDA OS INSIGHTS DO INSTAGRAM. *Creators.instagram.com*. Retrieved July 6, 2024, from https://creators.instagram.com/grow/insights?locale=pt_PT

Instagram. (2019). Instagram | About | Official Site. *Instagram.com*. <https://about.instagram.com/>

Instagram. (2020). https://help.instagram.com/581066165581870?helpref=page_content&cms_id=581066165581870 Instagram.com.

Jha, A., & Mamidi, R. (2017). When does a Compliment become Sexist? Analysis and Classification of Ambivalent Sexism using Twitter Data (pp. 7–16). Association for Computational Linguistics. <https://aclanthology.org/W17-2902.pdf>

Jones, C., Farrelly, N., & Barter, C. (2024). UK prevalence of university student and staff experiences of sexual violence and domestic violence and abuse: a systematic review from 2002 to 2022. *European Journal of Higher Education*, 1–22. <https://doi.org/10.1080/21568235.2024.2302568>

Kaplan, A. M., & Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! the Challenges and Opportunities of Social Media. *Business Horizons*, 53(1), 59–68. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003>

Kiger, M. E., & Varpio, L. (2020). Thematic Analysis of Qualitative Data. *Medical Teacher*, 42(8), 846–854. Tandfonline. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2020.1755030>

Klein, L. B., & Martin, S. L. (2019). Sexual Harassment of College and University Students: A Systematic Review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 22(4), 152483801988173. <https://doi.org/10.1177/1524838019881731>

Kress, G., & van Leeuwen, T. (2006). *Reading Images* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003099857> (Original work published 1996)

Leiner, B. M., Cerf, V. G., & Clark, D. D. (2009). A Brief History of the Internet (5th ed., Vol. 59). ACM SIGCOMM Computer Communication Review.

Lewis, R., Rowe, M., & Wiper, C. (2016). Online Abuse of Feminists as An Emerging form of Violence Against Women and Girls. *British Journal of Criminology*, 57(6), azw073. <https://doi.org/10.1093/bjc/azw073>

LSE Research Ethics Committee. (2022). Using data from the internet and social media in research: ethics & consent. <https://info.lse.ac.uk/staff/divisions/research-and-innovation/research/Assets/Documents/PDF/ethics-Using-internet-and-Social-media-data-v8.pdf>

Lusa. (2022, abril 4). Cinquenta queixas de assédio moral e sexual na Faculdade Direito da Universidade de Lisboa. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2022/04/04/sociedade/noticia/cinquenta-queixas-assedio-moral-sexual-faculdade-direito-universidade-lisboa-2001269>

Lusa. (2023a, April 13). Nenhuma queixa de assédio na Faculdade de Direito de Lisboa seguiu para tribunal. Observador. <https://observador.pt/2023/04/13/nenhuma-queixa-de-assedio-na-faculdade-de-direito-de-lisboa-seguiu-para-tribunal/>

Lusa. (2023b, abril 22). Universidades e politécnicos: houve mais de 150 queixas de assédio no último ano, mas apenas três professores e um aluno foram penalizados. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2023-04-22-Universidades-e-politecnicos-houve-mais-de-150-queixas-de-assedio-no-ultimo-ano-mas-apenas-tres-professores-e-um-aluno-foram-penalizados-9c921a98>

Marktest. (2022). Instagram já é a rede social mais utilizada pelos mais jovens. [Www.marktest.com](https://www.marktest.com/wap/a/n/id~2911.aspx). <https://www.marktest.com/wap/a/n/id~2911.aspx>

Mason-Bish, H., & Duggan, M. (2019). “Some men deeply hate women, and express that hatred freely”: Examining victims’ experiences and perceptions of gendered hate crime. *International Review of Victimology*, 26(1), 026975801987290. <https://doi.org/10.1177/0269758019872903>

McCarry, M., & Jones, C. (2021). The equality paradox: sexual harassment and gender inequality in a UK university. *Journal of Gender Studies*, 31(8), 1–13. <https://doi.org/10.1080/09589236.2021.2007471>

McCarthy, B. (2021). “Who unlocked the kitchen?”: Online misogyny, youtube comments and women’s professional street skateboarding. *International Review for the Sociology of Sport*, 57(3), 101269022110215. <https://doi.org/10.1177/10126902211021509>

Mendes, K., Ringrose, J., & Keller, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *European Journal of Women’s Studies*, 25(2), 236–246. <https://doi.org/10.1177/1350506818765318>

M. Hill, K., & Crofts, M. (2023). Sexual violence. In *Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University*. London: Routledge.

Moloney, M. E., & Love, T. P. (2018). Assessing online misogyny: Perspectives from sociology and feminist media studies. *Sociology Compass*, 12(5), e12577. <https://doi.org/10.1111/soc4.12577>

Mota Ribeiro, S. (2010). Do outro lado do espelho: imagens e discursos de género nos anúncios das revistas femininas: uma abordagem socio-semiótica visual feminista. *Handle.net*. <https://hdl.handle.net/1822/12384>

Nadja Sayej. (2017, dezembro 1). Alyssa Milano on the #MeToo movement: “We’re not going to stand for it any more.” *The Guardian*; *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/culture/2017/dec/01/alyssa-milano-mee-too-sexual-harassment-abuse>

National Women's History Museum. (2021, dezembro 3). Feminism: The Fourth Wave. National Women's History Museum; National Women's History Museum. <https://www.womenshistory.org/exhibits/feminism-fourth-wave>

Newman, N., Fletcher, R., Robertson, C. T., Eddy, K., & Nielsen, R. K. (2022). Reuters Institute Digital News Report 2022. Reuters Institute for the Study of Journalism.

Newman, N., Fletcher, R., Robertson, C. T., Eddy, K., & Nielsen, R. K. (2023). Reuters Institute Digital News Report 2022. Reuters Institute for the Study of Journalism.

Nkwi, P. N., Nyamongo, I. K., & Ryan, G. W. (2001). *Field research into socio-cultural issues: methodological guidelines*. International Center For Applied Social Sciences, Research, And Training.

Palladino, S. (2023). The unspoken experiences of ethnography. In Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University. London: Routledge.

Parikh, P., Harika Abburi, Pinkesh Badjatiya, Krishnan, R., Niyati Chhaya, Gupta, M., & Varma, V. (2019). Multi-label Categorization of Accounts of Sexism using a Neural Framework. ArXiv (Cornell University), 1642–1652. <https://doi.org/10.18653/v1/d19-1174>

Petit-Thorne, A. (2023). Sexual misconduct in academic liminal spaces. In Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University. London: Routledge.

Prata, A. (2021). Caught in the wave. *Kvinder, Køn & Forskning*, 1(2), 40–59. <https://doi.org/10.7146/kkf.v29i2.124895>

Público. (2024, março 1). PÚBLICO foi o único jornal generalista a crescer na circulação total paga em 2023. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2024/03/01/sociedade/noticia/publico-unico-jornal-generalista-crescer-circulacao-total-paga-2023-2082152>

Raisinghani, L., & Bhagchandani, P. (2023). Uncovering gender disparity and sexual misconduct. In Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University. Routledge.

Rato Nunes, R. (2022, julho 14). Visão | Professor que denunciou assédio na Faculdade de Direito de Lisboa acusado por difamação pela instituição. Visão. <https://visao.pt/actualidade/sociedade/2022-07-14-professor-que-denunciou-assedio-na-faculdade-de-direito-de-lisboa-acusado-por-difamacao-pela-instituicao/>

Roqueta-Fernández, M., & Caldeira, S. P. (2023). Situating #MeToo: a comparative analysis of the movement in Catalonia and Portugal. *Sage Journals*, 45(7). <https://doi.org/10.1177/01634437231179351>

Ruiz Martinez, A., Coto-Sarmiento, M., Delgado Anés, L., López Martínez, L., Pastor Pérez, A., & Yubero Gómez, M. (2023). Unveiling sexual harassment in Spanish archaeology. In Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University. London: Routledge.

Safko, L., & Brake, D. K. (2009). The Social Media Bible. John Wiley & Sons.

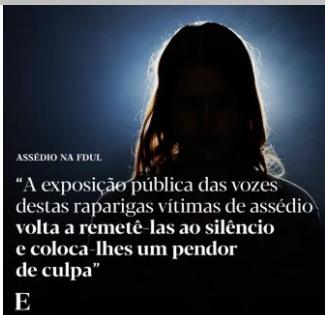
Sheldon, P., & Bryant, K. (2016). Instagram: Motives for its use and relationship to narcissism and contextual age. *Computers in Human Behavior*, 58, 89–97. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.12.059>

Shushkevich, E., & Cardiff, J. (2019). Automatic Misogyny Detection in Social Media: A Survey. *Computación Y Sistemas*, 23(4). <https://doi.org/10.13053/cys-23-4-3299>

- Silveirinha, M. J., Simões, R. B., & Santos, T. (2019). Him Too? Cristiano Ronaldo and the News Coverage of a Rape Case Allegation. *Journalism Practice*, 14(2), 208–224. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1693279>
- Simões, R. B., & Silveirinha, M. J. (2019). Framing street harassment: legal developments and popular misogyny in social media. *Feminist Media Studies*, 22(3), 1–17. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1704816>
- Sixto-García, J., Rodríguez-Vázquez, A. I., & López-García, X. (2021). News Sharing Using Self-destructive Content in Digital Native Media from an International Perspective. *Journalism Practice*, 1–16. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.2000883>
- Staab, P., & Thiel, T. (2022). Social Media and the Digital Structural Transformation of the Public Sphere. *Theory, Culture & Society*, 39(4), 129–143. <https://doi.org/10.1177/02632764221103527>
- Systrom, K. (2018). Apresentamos o IGTV, nosso novo app de vídeo | Blog do Instagram. About.instagram.com. <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/welcome-to-igtv>
- The British Psychological Society. (2021). Ethics guidelines for internet-mediated research. Ethics Guidelines for Internet-Mediated Research. <https://doi.org/10.53841/bpsrep.2021.rep155>
- Thurmann, L. (2023). Predicaments of power. In *Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University*. London: Routledge.
- Viaene, L., Laranjeiro, C., & Nadya Tom, M. (2023). The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia. In *Interdisciplinary Research in Gender SEXUAL MISCONDUCT IN ACADEMIA INFORMING AN ETHICS OF CARE IN THE UNIVERSITY* (pp. 208–224). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003289944>
- Vogels, E. A. (2021, janeiro 13). The state of online harassment. Pew Research Center. <https://www.pewresearch.org/internet/2021/01/13/the-state-of-online-harassment/>
- Vreese, C. de, & Boomgaarden, H. (2003). Valenced news frames and public support for the EU. *Communications*, 28(4). <https://doi.org/10.1515/comm.2003.024>
- Wånggren, L. (2023). Sexual misconduct through inequality and precarity. In *Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University*. Routledge.
- Watson, B. R., Peng, Z., & Lewis, S. C. (2019). Who will intervene to save news comments? Deviance and social control in communities of news commenters. *New Media & Society*, 21(8), 1840–1858. <https://doi.org/10.1177/1461444819828328>
- Weale, S. (2017, dezembro 8). How one UK university confronted its sexual harassment problem. The Guardian. <https://www.theguardian.com/education/2017/dec/08/universities-forced-to-confront-sexual-harassment-problems>
- Zeinert, P., Inie, N., & Derczynski, L. (2021, agosto 1). Annotating Online Misogyny. ACLWeb; Association for Computational Linguistics. <https://doi.org/10.18653/v1/2021.acl-long.247>

ANEXOS

Anexo A. Publicações Recolhidas para Análise. Elaboração da própria autora. Dados recolhidos em novembro de 2023.

Informações da Publicação	Descrição da Publicação
 <p>ASSÉDIO NA FDUL "A exposição pública das vozes destas raparigas vítimas de assédio volta a remetê-las ao silêncio e coloca-lhes um pendor de culpa"</p> <p>E</p>	<p>A psicóloga clínica Isabel Filipe comenta como “grave”, “perigoso” e uma “dupla agressão” a partilha massiva por WhatsApp dos registos áudio “descriptados” de testemunhos sob anonimato dados pelas alegadas vítimas de assédio na Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, à TVI e RTP. Afirma ainda que, além dos inevitáveis sentimentos de culpa, a exposição das vozes destas jovens mulheres ao julgamento público e às suas esferas sociais, pode levar as vítimas “a uma situação de isolamento.”</p> <p>Leia mais no link na bio do @jornalexpresso.</p>
<p>Jornal Expresso</p> <p>Data: 7 de maio de 2022</p> <p>(Primeira publicação)</p> <p>Formato de Imagem</p>	
<p>Métricas</p> <p>1361 gostos</p> <p>10 comentários</p> <p>(10 comentários recolhidos)</p>	<p>Elvira Fortunato anunciou ainda que, na sequência do relato de vários casos de assédio moral e sexual no meio académico, vai ser criado um grupo de trabalho que reunirá elementos do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, do gabinete da ministra adjunta e dos Assuntos Parlamentares e ainda do Trabalho.</p> <p>O grupo de trabalho irá centrar a sua atividade em “ações de pedagogia” junto das instituições. Porque “ainda há muita falta de informação sobre estes temas” e pessoas que “podem estar a ser vítimas de assédio moral e não o saberem”. “Não podemos fazer mais que esta ação pedagógica e de sensibilização e dar formação junto de toda a comunidade educativa. O resto tem de ser feito pelas instituições”, declarou ainda. “Se há mais casos que sejam denunciados e a tolerância será zero”, garantiu a ministra da Ciência e do Ensino Superior.</p> <p>Saiba mais através do link na bio.</p>
 <p>ENSINO SUPERIOR Vai ser criado um grupo de trabalho para casos de assédio. “Podem estar a ser vítimas e não o saberem”, diz ministra</p> <p>E</p> <p>Jornal Expresso</p> <p>Data: 9 de maio de 2023</p> <p>(Última publicação)</p> <p>Formato de Imagem</p>	<p>MANUEL DE ALMEIDA/ @lusaagenciadenoticias</p> <p>#ensino #ensinosuperior #assédio</p>
<p>Métricas</p> <p>2366 gostos</p> <p>70 comentários</p> <p>(44 comentários recolhidos)</p>	

	<p>Professora na Nova SBE, Susana Peralta, esteve no podcast “Expresso da Mnha” a falar sobre as suspeitas de assédio na Universidade de Coimbra. A docente defende que deve haver na Academia um mecanismo de reporte de casos de assédio sexual e moral, seguindo as melhores práticas das universidades anglo-saxónicas. “É da natureza humana, onde há relações de poder, há pessoas que tendencialmente vão abusar desse poder”, conclui. No podcast diário, Paulo Baldaia conversa com os jornalistas da redação do Expresso, correspondentes internacionais e comentadores. De segunda a sexta-feira, a análise das notícias que sobrevivem à espuma dos dias. Oiça o episódio na íntegra através do link na bio e nas plataformas habituais.</p> <p> Nuno Fox</p> <p>#assédio #Coimbra #podcast</p>
	<p>Um ano depois da divulgação de relatos de assédio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma denúncia voltou a abalar o meio académico, desta vez com a publicação de um artigo em que três investigadoras revelam ter sido assediadas no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, acusando, ainda que sem o nomear, o sociólogo Boaventura Sousa Santos e um assistente. Ambos já negaram os relatos.</p> <p>Em entrevista ao Expresso, Anália Torres, diretora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género da Universidade de Lisboa, que tem coordenado várias pesquisas sobre assédio sexual, lamenta que muitas instituições, desde logo faculdades, não tenham ainda criado mecanismos para prevenir e combater o fenómeno.</p> <p>Leia a entrevista na íntegra no Semanário desta semana, nas bancas, e através do link na bio do @jornalexpresso</p>
	<p> @ tiagomiranda</p> <p>#assédio #assédiosexual #mulheres #entrevista #analiatorres</p>

 <p>A Faculdade de Direito de Lisboa e o assédio sexual</p> <p>Opinião de João Miguel Tavares</p> <p>Yale, Princeton, Stanford, Oxford, Cambridge, qualquer universidade decente proíbe relacionamentos professor-aluno fora do âmbito académico. A razão é óbvia: potencia o abuso de autoridade, promove conflitos de interesse e destrói o processo educativo</p> <p>Jornal Público</p> <p>Data: 8 de abril de 2022</p> <p>(Primeira publicação)</p> <p>Formato de Carrossel</p>	<p>“A história é esta: um professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa contactou pelo menos seis alunas suas através do Facebook, madrugada dentro (duas da manhã e mais tarde), com mensagens insistentes, procurando meter conversa. Perturbadas com a insistência, as estudantes queixaram-se à associação académica, e depois reuniram-se com a directora da FDUL, Paula Vaz Freire, que instaurou um processo disciplinar ao professor em Novembro de 2020”.</p> <p>“Só em Portugal. Yale, Princeton, Stanford, Oxford, Cambridge, qualquer universidade decente proíbe relacionamentos professor-aluno fora do âmbito académico. A razão é óbvia: potencia o abuso de autoridade, promove conflitos de interesse e destrói o processo educativo.”</p> <p>Leia a opinião de João Miguel Tavares na íntegra Link na bio.</p> <p>#opinião #universidades #ensino superior #FDUL #sociedade</p>
 <p>“Quando há hierarquias que atribuem a certas pessoas grande estatuto, torna-se mais difícil denunciar abusos”</p> <p>Jornal Público</p> <p>Data: 13 de abril de 2023</p> <p>(Última publicação)</p> <p>Formato de Imagem</p>	<p>Um abraço demasiado longo que “convidava a uma familiaridade mais próxima” e que levou uma estudante a sentir-se assediada. Um toque no joelho de uma orientanda, “convidando-a a ‘aprofundar o relacionamento’ como ‘paga’ do seu apoio académico”. “Extractivismo sexual.” Flirts em festas, bares ou situações informais. Casos com estudantes.</p> <p>A “rede de murmurários” que indicava que este tipo de comportamentos não eram casos isolados, aconselhando as estudantes a terem cuidado. São situações relatadas num artigo académico que está a levantar sérias questões no Centro de Estudos Sociais (CES), centro de investigação ligado à Universidade de Coimbra, com alegações de assédio sexual e moral que já levaram a instituição a nomear uma comissão independente.</p> <p>Perante a falta de mecanismos oficiais que garantam a confiança das vítimas, nos últimos anos têm surgido várias denúncias, muitas vezes sem sequer identificar agressores, que mostram que existe nas instituições de ensino superior um ambiente de insegurança em relação a condutas sexuais inadequadas.</p> <p>Leia mais no link na bio.</p>

	<p><u>#assediosexual #assedio #faculdades #universidades #jovens #coimbra</u> <u>#universidadedecoimbra</u></p>
 <p>ASSÉDIO SEXUAL Ele é brilhante, mas infelizmente tem dessas coisas. Novas denúncias contra Boaventura Sousa Santos</p> <p>P</p>	<p>Uma investigadora brasileira que trabalhou no Centro de Estudos Sociais (CES), centro de investigação ligado à Universidade de Coimbra, acusa o seu orientador de doutoramento, Boaventura Sousa Santos, de assédio sexual. O caso levou-a a deixar Portugal e a acabar a tese no seu país.</p> <p>Na época, denunciou a situação ao actual director do centro de investigação, sem que tivesse havido consequências. Além do coordenador da direcção do centro, a investigadora garante que também falou “com várias professoras”. “A resposta foi: ‘Ele é brilhante, mas infelizmente tem dessas coisas.’”</p> <p>Decidiu agora vir a público depois de um artigo de três ex-colegas ter denunciado abusos na instituição. “É importante que a imprensa saiba que os casos narrados pelas mulheres são sérios e verdadeiros”, conta.</p> <p>Durante uma reunião de trabalho, conta, Sousa Santos tocou o joelho da investigadora, convidando-a a “aprofundar a relação” que tinham como forma de “pagamento” pelo seu apoio académico. Antes desse momento, também em contexto de trabalho, o académico “já tinha sido estranho”, revela.</p> <p>À época, ela tinha menos de 30 anos, o investigador sénior mais de 70. “Aquela situação foi a mais explícita, o limite.” Porém, o “pesadelo” da então aluna de doutoramento não ficou por aí: “O assédio que era sexual virou [assédio] moral.”</p> <p>Boaventura Sousa Santos diz que vai processar as três antigas investigadoras que assinaram um artigo a expor casos de assédio moral e sexual dentro do CES, apesar destas autoras não incluírem quaisquer nomes no texto.</p> <p>☞ Leia mais no link na bio.</p>
<p>Métricas</p> <p>5483 gostos</p> <p>375 comentários</p> <p>(125 comentários recolhidos)</p>	<p><u>#coimbra #centrodeestudosocialcoimbra #universidadedecoimbra</u> <u>#assediosexual #meioacademico</u></p>
 <p>ASSÉDIO SEXUAL Tinha-me sequestrada. Activista argentina acusa Boaventura de Sousa Santos de agressão sexual</p> <p>P</p>	<p>A activista argentina mapuche Moira Ivana Millán acusa o sociólogo Boaventura de Sousa Santos de agressão sexual. “Atirou-se para cima de mim no sofá”, “tentou beijar-me”, “põe-me as mãos em cima”, diz Millán sobre contactos que diz terem sido não consensuais após uma palestra que deu numa aula de pós-graduação na Universidade de Coimbra em 2010 a convite do sociólogo.</p> <p>“Aceitei de boa vontade, não cobrei nada”, diz. “Ainda assim, estava à mercê dele: ele tinha de pagar as minhas despesas de transporte, alojamento, estava sem dinheiro. Confiava nele, um homem mais velho,</p>

Formato de Imagem	supostamente revolucionário. E eu tinha 40 anos, achava que era uma idade em que já nada mau me podia acontecer.”
Métricas 5096 gostos 217 comentários (82 comentários recolhidos)	A activista argentina já tinha relatado a alegada agressão numa intervenção pública há menos de um ano e a sua história veio agora juntar-se às acusações de assédio moral e sexual por alguns membros do Centro de Estudos Sociais (CES). ☞ Leia mais no link na bio. #assediosexual #assedio #coimbra #universidadedecoimbra #estudantes

Anexo B. Grelha de observação para operacionalização da análise sócio-semiótica visual das imagens. Elaboração com base na Tabela de Mota Ribeiro (2010: 379-381) e nos *Frames* de Entman (1991).

Expresso	Imagen	Dimensão	Dimensão	Dimensão	Frame Principal
		Representacional	Interacional	Composicional	
Primeira publicação	Oferta: figura feminina sombreada centralizada, sem contacto visual direto. Ângulo: frontal. Escala de plano: médio.	Modalidade: alta saturação e iluminação baixa; imagem credível pela contextualização e modulação.	Valor informativo: a figura é o elemento central, a composição é centrada. Saliência: a figura sombreada chama mais atenção. Delimitação: a figura está isolada com fundo escuro, destacando-a.	Interesse Humano/ Personalização	
Última publicação	Oferta: grupo de manifestantes, com cartazes, sem olhar direto. Ângulo: frontal e ligeiramente elevado. Escala de plano: longitudinal.	Modalidade: cores saturadas, iluminação natural; contextualização no ambiente de protesto.	Valor informativo: cartaz centralizado; foco na frase escrita no cartaz. Saliência: cartaz chama mais atenção por estar centralizado. Delimitação: manifestantes agrupados, conectados pelo contexto comum do protesto.	Conflito	

Primeira publicação Boaventura de Sousa Santos	Oferta: retrato de Susana Peralta, sem olhar direto. Ângulo: frontal. Escala de plano: Close-up.	Modalidade: imagem em preto e branco; alta modulação cromática e iluminação direcionada.	Valor informativo: citação textual posicionada abaixo da imagem, Peralta posicionada à direita. Saliência: rosto e expressão de Peralta são mais destacados. Delimitação: imagem é isolada num fundo neutro.	Responsabilidade
Última publicação Boaventura de Sousa Santos	Oferta: Anália Torres sentada numa cadeira, sem olhar direto. Ângulo: frontal. Escala de plano: close-up.	Modalidade: alta modulação cromática, luz natural. Imagem clara e detalhada, sugerindo credibilidade.	Valor informativo: Torres posicionada à direita da imagem, citada na esquerda. Saliência: posição e olhar sugere importância. Delimitação: ligação com citação textual.	Responsabilidade

Público

Primeira publicação Assédio na academia	Pedido: design gráfico simples com título, nome e cara do autor, com olhar direto. Ângulo: frontal. Escala de plano: close-up.	Modalidade: cores contrastantes; texto como principal elemento visual.	Valor informativo: título em destaque, nome e imagem do autor em menor tamanho. Saliência: o título é o elemento mais destacado. Delimitação: elementos gráficos são separados por espaços e cores distintas.	Interesse Humano/ Personalização
Primeira publicação Assédio na academia	Oferta: texto comparativo sobre políticas universitárias, sem personagens visuais. Ângulo: N/A (design	Modalidade: texto e gráfico comparativo; elementos simplificados com cores sóbrias.	Valor informativo: comparação textual, o foco está na informação. Saliência: texto e cores destacam-se.	Consequência

	gráfico). Escala de plano: N/A.		Delimitação: elementos separados, mas conectados por tema comum.	
Última publicação Assédio na academia	Oferta: grupo de estudantes com cartaz, sem olhar direto. Ângulo: contra-picado. Escala de plano: médio.	Modalidade: cores naturais, iluminação natural; contexto de protesto ao ar livre.	Valor informativo: cartaz centralizado com mensagem direta. Saliência: cartaz é elemento mais destacado. Delimitação: estudantes estão conectados pelo cartaz e contexto comum.	Conflito
Primeira publicação Boaventura de Sousa Santos	Oferta: Boaventura sentado numa poltrona, sem olhar direto. Ângulo: frontal. Escala de plano: médio.	Modalidade: cores escuras, iluminação direcionada; imagem credível pela composição e contextualização.	Valor informativo: Boaventura é o elemento central, a composição sugere domínio. Saliência: a figura de Boaventura na poltrona é destacada. Delimitação: figura centralizada, com desfoco ao redor.	Responsabilidade/ Moralidade
Última publicação Boaventura de Sousa Santos	Oferta: Boaventura sentado numa cadeira de escritório, com olhar direto. Ângulo: contra-picado. Escala de plano: Plano médio.	Modalidade: cores escuras, iluminação controlada; credibilidade na contextualização do ambiente.	Valor informativo: Boaventura cercado por livros, transmitindo autoridade. Saliência: presença de Boaventura e livros ao fundo são destacados. Delimitação: elementos visuais ligados pelo	Responsabilidade/ Moralidade

			ambiente académico.	
--	--	--	------------------------	--

Anexo C. Lista de Códigos. Elaboração da própria autora.

Tema	Código	Definição
Misoginia	Misoginia	Interações online que expressam ódio, desdém ou discriminação direcionados a mulheres. Podem incluir linguagem ofensiva, ameaças, assédio, e expressões de preconceito ou hostilidade baseadas no género. Podem manifestar-se através de insultos diretos, difamação, negação ou trivialização das experiências e denúncias das vítimas de assédio, ou estereótipos e generalizações negativas sobre mulheres. Podem envolver tentativas de desacreditar, ridicularizar ou silenciar as vozes das mulheres, perpetuando a cultura de machismo e patriarcado. Desta forma, recorre-se a outras listas de códigos, explanadas na revisão da literatura, para uma classificação mais complexa. É de recordar a classificação de Chiril et al. (2020) que distingue conteúdo sexista em direto, descriptivo, e de denúncia; a distinção proposta por Jha e Mamidi (2017) entre sexismo benévolos e sexismo hostis; a categorização de Anzovino, Fersini e Rosso (2018), segundo Zeinert et al. (2021), que inclui desacreditação, assédio e ameaças de violência, descarrilamento, estereotipificação e objetificação, e dominação. Além disso, Parikh et al. (2019) identificam 23 categorias, como body shaming, gaslighting, mansplaining, estereótipos de papéis e de atributos, negação ou banalização da má conduta sexista, policiamento de tom e moral e culpabilização da vítima.
Apoio	A favor da publicação	Interações online empáticas e compreensivas que visam defender a posição expressa na publicação, destacando concordância e apoio à mensagem transmitida. Essas interações incluem expressões de concordância, elogios ao conteúdo (imagem, excerto ou citações), e manifestações de compreensão em relação aos argumentos ou perspetivas abordadas.
	A favor das vítimas	Interações online que demonstram empatia e compreensão em relação às experiências de assédio na academia, defendendo e reconhecendo a importância das acusações. Incluem expressões de solidariedade, encorajamento e reconhecimento dos desafios enfrentados pelas vítimas, destacando a necessidade de enfrentar o assédio contra a mulher.
	A favor do/os acusado/os	Interações online que defendem a presunção de inocência e podem questionar a veracidade das acusações. Incluem expressões de confiança na integridade dos acusados e a importância de uma investigação justa e imparcial.
Crítica	Contra o/s acusado/os	Interações online que expressam repúdio e desaprovação em relação às ações dos acusados, destacando a indignação e pedidos de justiça. Incluem descrições pejorativas dos acusados e apelos por medidas punitivas ou preventivas contra o assédio e a violência.

	Contra publicação	Interações online que expressam discordância em relação ao conteúdo apresentado, criticando o jornal, jornalista ou autor da publicação. Podem questionar a ética jornalística, a imparcialidade e a qualidade do conteúdo.
	Contra academia	Interações online que focam nas ações ou inações em relação ao assédio por parte das instituições de ensino superior. Expressam indignação e frustração com o abuso de poder e a percepção de encobrimento do assédio, pedindo mais transparência e responsabilidade.
o	Contra Governo	Interações online que destacam a ineficácia, lentidão e falta de ação das instituições de justiça, expressando descontentamento com a situação do país e ceticismo em relação à possibilidade de mudanças positivas. Podem mencionar descontentamento com o governo em vigor e abordar acusações de assédio na administração pública.
a	Contra a sociedade	Interações online que expressam descontentamento com o status quo da sociedade, criticando o patriarcado e o machismo enraizado. Incluem testemunhos de impotência das vítimas, ceticismo em relação à mudança social e apontam a vitimização contínua das vítimas de assédio.
Ofensas contra acusado/os	Ofensas contra acusado/os	Interações online que contêm conteúdo ofensivo ou de ódio, incluindo linguagem agressiva, insultuosa ou desrespeitosa dirigida aos acusados. Incluem insultos, difamações e palavras de baixo calão, bem como formas de contornar os filtros da plataforma para evitar a remoção dos comentários.
Outros	Outros	Inclui interações online que não se enquadram nas outras categorias de codificação. Engloba bots, spam, menções de outros perfis para chamar atenção para a publicação, conteúdos irrelevantes e promoções de outros perfis que não contribuem para o debate.

Anexo D. Frequência absoluta e frequência relativa de comentários nas publicações dos jornais *Expresso* e *Público*, categorizado por tema: Assédio na Academia e Boaventura. Elaboração da própria autora através da recolha do MaxQda em dezembro de 2023.

Lista de Códigos	Boaventura (B)		Assédio Academia (A)		Total		B	A	Total
	N	%	N	%	N	%	%	%	%
Misoginia	27	9,5%	16	18,8%	43	11,7%	62,8%	37,2%	100%
A favor da Publicação	9	3,2%	1	1,2%	10	2,7%	90%	10%	100%
A favor das Vítimas	27	9,5%	11	12,9%	38	10,3%	71,1%	28,9%	100%
A favor do/os Acusado/os	3	1,1%	0	0%	3	0,8%	100%	0%	100%
Contra Acusado/os	75	26,5%	0	0%	75	20,4%	100%	0%	100%
Contra Publicação	21	7,4%	3	3,5%	24	6,5%	87,5%	12,5%	100%
Contra Academia	26	9,2%	9	10,6%	35	9,5%	74,3%	25,7%	100%
Contra Governo	6	2,1%	26	30,6%	32	8,7%	18,8%	81,3%	100%
Contra Sociedade	53	18,7%	13	15,3%	66	17,9%	80,3%	19,7%	100%
Ofensas Contra Acusado/os	13	4,6%	1	1,2%	14	3,8%	92,9%	7,1%	100%
Outro	23	8,1%	5	5,9%	28	7,6%	82,1%	17,9%	100%
SOMA	283	100%	85	100%	368	100%			
N =	283	76,9%	85	23,1%	368	100%			

Anexo E. Frequência absoluta e frequência relativa de comentários nas publicações do jornal *Expresso* e *Público*. Elaboração da própria autora através da recolha do MaxQda em dezembro de 2023.

Lista de Códigos	<i>Expresso</i> (E)		<i>Público</i> (P)		Total		E	P	Total
	N	%	N	%	N	%	%	%	%
Misoginia	19	14,6%	24	10,1%	43	11,7%	44,2%	55,8%	100%
A favor da Publicação	9	6,9%	1	0,4%	10	2,7%	90%	10%	100%
A Favor das Vítimas	12	9,2%	26	10,9%	38	10,3%	31,6%	68,4%	100%
A Favor do/os Acusado/os	0	0%	3	1,3%	3	0,8%	0%	100%	100%
Contra Acusado/os	1	0,8%	74	31,1%	75	20,4%	1,3%	98,7%	100%
Contra Publicação	9	6,9%	15	6,3%	24	6,5%	37,5%	62,5%	100%
Contra Academia	13	10%	22	9,2%	35	9,5%	37,1%	62,9%	100%
Contra Governo	24	18,5%	8	3,4%	32	8,7%	75%	25%	100%
Contra Sociedade	33	25,4%	33	13,9%	66	17,9%	50%	50%	100%
Ofensas Contra Acusado/os	1	0,8%	13	5,5%	14	3,8%	7,1%	92,9%	100%
Outro	9	6,9%	19	8,0%	28	7,6%	32,1%	67,9%	100%
SOMA	130	100%	238	100%	368	100%			
N =	130	35,3%	238	64,6%	368	100%			

Anexo F. Frequência absoluta de comentários nas publicações dos jornais *Expresso* e *Público*, categorizado por tema – Assédio na Academia e Boaventura – e por primeira e última publicações.
Elaboração da própria autora através da recolha do MaxQda em dezembro de 2023.

Lista De Códigos	<i>Expresso</i>				<i>Público</i>				Total	
	Assédio na Academia		Boaventura		Assédio na Academia		Boaventura			
	1 ^a	Última	1 ^a	Última	1 ^a	Última	1 ^a	Última		
Misoginia		12	5	2	1	3	7	12	42	
A favor da publicação			9		1				10	
Vítimas		3	4	5	6	2	9	9	38	
Acusado/os							2	1	3	
Contra acusado/os				1			46	28	75	
Contra publicação			8	1	3		12		24	
Contra Academia			12	1	7	2	8	5	35	
Contra Governo	2	21	1		1	2	1	4	30	
Contra Sociedade	8	3	18	4	1	1	20	11	58	
Ofensas contra acusado/os		1					20	11	32	
Outro		4	4	1	1		11	7	28	
SOMA	10	44	61	15	21	10	125	82	358	

Anexo G. Frequência relativa de comentários nas publicações dos jornais *Expresso* e *Público*, categorizado por tema – Assédio na Academia e Boaventura – e por primeira e última publicações.
Elaboração da própria autora através da recolha do MaxQda em dezembro de 2023.

Lista De Códigos	<i>Expresso</i>				<i>Público</i>				Total	
	Assédio na Academia		Boaventura		Assédio na Academia		Boaventura			
	1 ^a	Última	1 ^a	Última	1 ^a	Última	1 ^a	Última		
Misoginia		27,3%	8,2%	13,3%	4,8%	30%	5,6%	14,6%	43	
A favor da publicação			14,8%		4,8%				10	
Vítimas		6,8%	6,6%	33,3%	28,6%	20%	7,2%	11%	38	
Acusado/os							1,6%	1,2%	3	
Contra acusado/os				6,7%			36,8%	34,1%	75	
Contra publicação			13,1%	6,7%	14,3%		9,6%		24	
Contra Academia			19,7%	6,7%	33,3%	20%	6,4%	6,1%	35	
Contra Governo	20%	47,7%	1,6%		4,8%	20%	0,8%	4,9%	32	
Contra Sociedade	80%	6,8%	29,5%	26,7%	4,8%	10%	16,0%	13,4%	66	
Ofensas contra acusado/os		2,3%					16,0%	13,4%	14	
Outro		9,1%	6,6%	6,7%	4,8%		8,8%	8,5%	28	
SOMA	10	44	61	15	21	10	125	82	368	